

# PRISÉNCIA

*REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Març.-Nº 11, Vol I, 1998*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CENTRO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

**PRESENÇA - ISSN 1413-6902**

**Ano V nº 11 – Mar. – 1998 – Publicação Trimestral**

Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente

APROVADO PELO CONSEPE/UFRO RESOLUÇÃO Nº 0122/1994

Editor:

**JOSUÉ COSTA**

## CONSELHO EDITORIAL:

**Sílvia Sanches Gamboa**

UNICAMP

**Miguel Nenevé**

UFRO

**Clodomir Santos de Moraes**

UFRO

**Nídia Nacib Pontuschka**

USP

**Mário Alberto Cozzuol**

UFRO

**Arneide Badeira Cemin**

UFRO

As matérias encaminhadas deverão ter entre três e quinze laudas (tamanho A4), espaço 1.0, fonte arial 12, em disquete 3 ½ pol., formatados em "Word for Windows". Os trabalhos deverão conter a data de elaboração e o endereço completo do autor.

PRESENÇA, Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho, Fundação Universidade Federal de Rondônia. V.1, 1993.

### Trimestral

1. **Educação - Periódico**
2. **Meio ambiente - Periódico**  
CDU 37(05)

Foto: **Beradão, Rondônia - Josué da Costa**  
Leiaute e Diagramação: **Sheila Castro dos Santos**

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL.....</b>	<b>04</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>05</b>
DORISVALDER DIAS NUNES FELISBERTO CAVALHEIRO	
<b>MITOE LUGAR - PARTE III.....</b>	<b>13</b>
JOSUÉ COSTA	
<b>EDWARD P. THOMPSON: SOBRE O MÉTODO.....</b>	<b>20</b>
ELIANE SEBEIKA RAPCHAN	
<b>RONDÔNIA: COLONIZAÇÃO DE NOVAS TERRAS.....</b>	<b>28</b>
JOSÉ JANUÁRIO AMARAL	
<b>A IDEOLOGIA DOS CLICHÊS.....</b>	<b>32</b>
NAIR GURGEL DO AMARAL	
<b>UMA CANADENSE APAIXONADA PELO BRASIL: UMA LEITURA DE <i>THE BRAZILIAN JOURNAL</i> DE P. K. PAGE .....</b>	<b>38</b>
MIGUEL NENEVÉ	
<b>REFLEXÕES SOBRE O URBANO.....</b>	<b>42</b>
CARLOS SANTOS	
<b>COLONIZAÇÃO E NATUREZA: O TRABALHO DO HOMEM E O TRABALHO DA MULHER.....</b>	<b>46</b>
ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	
<b>O TRABALHO SILENCIOSO DA MULHER NO INTERIOR DA FLORESTA AMAZÔNICA.....</b>	<b>55</b>
MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO	

## EDITORIAL

A universidade brasileira sobrevive aos trancos e barrancos, debatendo-se entre as diversas pressões e tendências políticas, orçamentos insuficientes, excesso de burocracia e interesse privado. Diante desse quadro o Ministério da Educação é impotente em estabelecer uma política educacional capaz de valorizar a universidade. Sua existência é marcada pela divisão entre diretrizes privatizantes e responsabilidades públicas. Dominado por órgãos centralizadores e cartoriais, o Ministério da Educação acumulou nos últimos anos o descrédito, a inoperância, a ineficiência e total descaso frente ao processo educacional como um todo. Entretanto, a atual política Neoliberal do Príncipe da Sociologia e a nova L.D.B., supera "O Príncipe" de Maquiavel pelo requinte desumano imposto aos professores universitários, tirando-os o sangue à conta-gotas, desmoralizando-os no convívio social e familiar, imprimindo-lhes um arrocho salarial jamais visto na história do Brasil. E como passe de mágica, aumenta os ganhos salariais dos professores com a concessão proporcional de bolsas do Programa de Incentivo à Docência - PID. Isto é uma vergonha! Poderia dizer certo comentarista televisivo, o Príncipe da sociologia dá um xeque-mate em Maquiavel. Com ritual de horror impõe aos professores o estímulo às brigas, às discórdias, aos desentendimentos, aos protecionismos dos departamentos, aos corporativismos dos bajuladores e pela divisão dos professores com a barganha dessas bolsas.

Parabéns Príncipe! O senhor Professor Doutor Fernando Henrique, cuja tese poderia ser intitulada de *"Acabe agora com a Universidade brasileira: a começar com os professores"*, seria concedido dez com louvor pelo outro Príncipe, o de Maquiavel. Qual é o pior? Não se pode afirmar. Pode-se garantir que outros Príncipes virão, mas a Universidade não vai deixar que o ego Neoliberal do Príncipe reine sozinho com a sua morte. A Universidade é livre, é eterna.

## REFLEXÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL

**Dorisvalder Dias Nunes\***

**Felisberto Cavalheiro\*\***

**Resumo:** Neste trabalho, *a questão ambiental* pode ser entendida a partir da ruptura entre o modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir do século XVIII, e a capacidade de suporte do sistema natural. Estão intimamente ligados aos diferentes modos, comportamentos sociais e sua relação, em escala temporo-espacial, com as características bióticas e abióticas do ambiente físico natural, onde se implementa uma relação de dependência em que o homem, inquestionavelmente, sempre recorreu aos recursos naturais para garantir sua sobrevivência (SILVA; POMPEU, 1990). O homem para perpetuar sua existência, viabilizou o processo de transformação do meio ambiente.

**Palavras – Chave:** Desenvolvimento econômico, Recursos naturais e Ambiente Físico Natural.

**Abstract:** In this work, the environmental issue can be understood from the rupture between the economic development model adopted from the 18th century, and the ability to support natural system. Are closely linked to different modes, social behaviors, and their relationship to spatial scale temporo-with biotic and abiotic characteristics of natural physical environment, which implements a relationship of dependency in that man, unquestionably, always relied on natural resources to ensure its survival (SILVA; POMPEY, 1990). The man to perpetuate its very existence, made the process of transformation of environment.

**KeyWords:** Economic development, natural resources and Natural physical environment.

Neste trabalho, *a questão ambiental* pode ser entendida a partir da ruptura entre o modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir do século XVIII, e a capacidade de suporte do sistema natural. Estão intimamente ligados aos diferentes modos, comportamentos

sociais e sua relação, em escala temporo-espacial, com as características bióticas e abióticas do ambiente físico natural, onde se implementa uma relação de dependência em que o homem, inquestionavelmente, sempre recorreu aos recursos naturais para garantir sua

sobrevivência (SILVA; POMPEU, 1990). O homem para perpetuar sua existência, viabilizou o processo de transformação do meio ambiente. Neste ambiente passam a existir e coexistir o meio social (na produção do espaço geográfico) e o meio natural. Assim, ao se relacionar com a natureza e se inter-relacionar, o homem possui uma característica marcante que é a cultura, a partir do qual se diferencia dos demais seres vivos pelo seu conjunto de conhecimentos e crenças (universo mítico). A cultura representa o acúmulo de experiências, de informações e de técnicas, que vão orientar o indivíduo homem, na criação de bens materiais, valores, modos de fazer, de agir, diferentes hábitos, diversos modos de pensar e de interagir com a natureza (Tylor *apud* BRANCO, 1989). Essa diversidade cultural, também estabelece a diversidade das interações na relação homem-natureza. QUINTAS; OLIVEIRA (1995) sobre este aspecto, afirmam que "a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida societária". Esta ênfase sobre a vida societária constitui umas das componentes primordiais para o entendimento dos problemas e conflitos que se desenrolam em torno do meio ambiente. Obviamente, esta opção analítica não exclui e não significa uma importância em segundo plano dos aspectos físico-ambientais sem os quais, seria impossível a mensuração da capacidade de suporte ecológico-ambiental; contudo, é bom lembrar,

que são as intervenções e ações do meio social que indicam e/ou estabelecem a natureza dos problemas ambientais afetos à sociedade como um todo. Partindo desse entendimento é que se coloca a para o debate o uso do termo Gestão Ambiental, enquanto prática do pensar e do agir. Para tanto, é importante trabalhar com alguns conceitos e definições acerca do que será discutido neste texto sob a óptica do conceito de Gestão Ambiental, afim de que se possa desencadear o debate.

#### O QUE SE ENTENDE POR GESTÃO AMBIENTAL?

Muitas definições podem ser elencadas, pode-se iniciar discutindo a procedência do termo GESTÃO, que vem de seu equivalente inglês "*management*", e que se traduz num simples conceito empresarial, cuja finalidade é o controle e viabilidade de ações técnico-administrativas, para o alcance de diferentes metas. PERALTA (1997: 230) expressa sua preocupação quanto ao uso do termo, quando afirma que:

**"En América Latina en general, el término "management" se traduce indistintamente como manejo, ordenamiento, administración v gestión. Se considera sin embargo que el equivalente en español) más adecuado del término "management" es GESTION y que los términos manejo, ordenamiento y administración son parte de una gestión y no una gestión en si misma".**

A partir dessa reflexão, entende o autor que, o conceito de Gestão Ambiental é:

**"el conjunto de diligencias necesarias para la conducción v manejo del sistema (sociofísico complejo) medioambiental; la gestión consistiría, pues en el seguimiento de la realidad para la toma continua de decisiones y la puesta en práctica de**

ellas" (OREA apud PERALTA, OP. CIT).

Observa-se de início, que o uso do vocábulo Gestão perpassa a noção simplificada de administração ou manejo. Nesta busca de aprofundamento, NUNES (1996) define Gestão Ambiental como "um processo pelo qual se estabelece uma ação político-administrativa responsável pelo direcionamento de leis e normas que possam controlar/minimizar ações deletérias ao meio, de tal forma que se possa pensar um desenvolvimento social e ecologicamente sustentado". Isto significa firmar um processo mediador entre sujeitos componentes de uma sociedade, para que, continuamente, se possa definir ou redefinir o modo como esta mesma sociedade em suas diversas manifestações, altera o ambiente. Neste caminho, uma outra definição que se apresenta, está caracterizada a partir do entendimento de que a gestão ambiental constitui um mecanismo capaz de administrar conflitos entre atores, que na realidade estão disputando a posse dos recursos naturais (NUNES, op. cit.). Para MORAES (1994:29) o entendimento remete a uma definição, onde "Gestão Ambiental qualifica a ação institucional do poder público no sentido de objetivar a Política Nacional de Meio Ambiente". O que se traduz, segundo o autor, numa atitude prática do poder público, implementada por um elenco de atores, caracterizados no âmbito da estrutura do aparelho estatal, cujo objetivo é a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas ao meio ambiente do País. SETTI

(1994:02), prosseguindo em sentido similar, assinala que a "Gestão Ambiental enquanto ação do Estado, é um processo de mediação de interesses e conflitos entre diferentes atores sociais que atuam sobre o meio ambiente...". Verifica-se que o Poder Público destaca-se como principal mediador do processo de gestão, cuja execução é produto dos poderes que lhe são outorgados, o que lhe faculta, diversos níveis de ações, tais como: ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais, criação de elementos inibidores às práticas de uso predatório (multas, fiscalização, prisão dos infratores etc.). Isso significa que o Poder Público tem condições não só de determinar padrões de qualidade ambiental, mas também disciplinar uso do solo (urbano e rural), planejar, criar e gerenciar áreas de proteção ambiental, promover monitoramento, educação ambiental, conferindo-lhe um pseudo caráter mediador.

Contudo, existem outras formas de poderes atuantes no processo de gestão ambiental e que não têm caráter mediador. Conforme QUINTAS; OLIVEIRA (1995:04) pode ser assim apresentado: "poder dos empresários (poder do capital), dos políticos (poder de legislar); dos juizes (poder de condenar ou absolver etc.); dos Membros do Ministério Público (poder de investigar e acusar); poder dos órgãos ambientais (poder de embargar, licenciar, multar); dos jornalistas e professores (poder de influenciar na formação da "opinião pública"); agências estatais de

desenvolvimento (poder de financiamento, de criação de infra-estrutura)" e por que não, o poder das ONGs (poder de organização da sociedade). Este elenco de "poderes", estabelecem uma pluralidade de funções e atribuições caracterizados por uma rede hierárquica, agindo e coexistindo simultaneamente. Segundo MORAES (1994) o processo de "institucionalização estatal da Gestão Ambiental" tende a moldar um quadro de ações caótico, por analogia, comparado ao mito de Babel. Isto porque os diversos atores (detentores de poderes) agem no meio social e ambiental de forma variada criando anseios, necessidades, expectativas, interesses, pensamentos e ações que de forma direta ou indireta, negativa ou positivamente irão caracterizar as formas de uso dos recursos naturais. O embate entre esses atores muitas vezes são marcados por relações conflituosas, já que a percepção ou necessidade dos mesmos nem sempre leva em consideração os cortes espaciais e/ou temporais quando se trata do conjunto da sociedade participante no processo de gestão ambiental. O jogo de conflitos é, via de regra, social, político e econômico, o que pode ser benéfico para um classe social poderá ser maléfico para outra, isso implica dizer que a prática da gestão ambiental não é neutra, mas caracterizada pelo direcionamento de interesses, o que aponta para uma análise de que o Poder Público ao assumir uma postura, enquanto agente mediador poderá estar também, determinando quais os atores sociais

a serem beneficiados e aqueles que devem arcar com os custos sobre ações antropogênicas no ambiente, o que tende a criar uma ambiguidade no âmbito do Poder Público. É importante observar o que LANNA (1995) procura colocar em termos de Gestão Ambiental, pois chama a atenção para o seu propósito, que é a formulação de diretrizes, princípios, aprimoramento de sistemas gerenciais e competência no processo de tomada de decisão, condições básicas para utilização, proteção e monitoramento dos recursos ambientais e principalmente, para atendimento dos anseios sociais. A partir desta idéia o autor propõe a seguinte definição para a Gestão Ambiental:

**Processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais - naturais econômicos e sócios culturais - às especificidades do meio ambiente.**

Uma outra definição que se apresenta, está publicada no Diário Oficial da União, de 17 de fevereiro de 1992, que foi encaminhada ao Congresso Nacional, em forma de anteprojeto de lei que trata da Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente, onde a definição de Gestão Ambiental constitui

**(...) a tarefa de administrar e controlar os usos sustentados dos recursos ambientais naturais por instrumentação adequada - regulamentos, normatização e investimentos públicos - assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social, econômico em benefício do homem (...).**

Na perspectiva empresarial a proposta conceitual de Gestão Ambiental, foi motivada pela inserção



da variável ambiental na empresa, constituindo um novo passo no (re) enquadramento competitivo do mundo empresarial em função das imposições econômicas da globalização. Daí a necessidade da implantação de "um conjunto de procedimentos e técnicas sistêmicas que visam dotar uma organização dos meios que permitam definir sua política ambiental", denominado por CASTRO et. al. (1996) de Sistema de Gestão Ambiental. O desdobramento é a criação de uma imagem verde para a organização empresarial, permitindo-lhe acesso a novos mercados.

ABSY et al. (1995), ao discutirem os fundamentos que orientam a prática e a ação da Gestão Ambiental, firmam em sua análise que a utilização de instrumentos para a concretização da gestão ambiental depende do desempenho das organizações que compõem e atuam no processo, e que este desempenho estará dependente da forma como essas organizações estão estruturadas devendo as mesmas, serem reestruturadas conforme cada caso ou situação que indique a necessidade do gerenciamento. Para os autores o termo de Gestão é, em síntese, sinônimo de administração e gerência. A partir daí, foram propostos três modelos de gestão, no sentido de clarificar as características de funcionamento e não-funcionamento de algumas organizações: o modelo Burocrático, o modelo Sistêmico e o modelo Sistêmico-contingencial. O modelo Burocrático tem contra si a burocracia, enquanto paradigma de estruturação, em face

dos diferentes públicos, além de apresentar uma visão fragmentada do processo, cujas ações estão restritas às normas arcaicas.

Conceitos, que inferem novas metodologias e práticas no trato com os recursos naturais. Isso se traduz em novo estilo de desenvolvimento para as sociedades humanas fruto da crise ambiental, cuja busca de solução está (ou estaria) sob a óptica do conceito de Desenvolvimento Sustentável, aqui entendido como a capacidade do atendimento das necessidades presentes da sociedade, de modo a não comprometer a possibilidade das sociedades futuras atenderem suas necessidades.

Algumas iniciativas podem ser elencadas e implementadas pelo Poder Público, no sentido de viabilizar o planejamento ambiental ou Gestão Ambiental através da mediação/superação dos impasses oriundos da relação entre os diversos atores do meio social que agem no meio natural. Essas iniciativas referem-se às ações no campo do planejamento social, político e ambiental, entre os quais destacamos (NUNES, 1994):

1) Vencer, através do processo educativo, a mentalidade leiga de uma sociedade cada vez mais tecnicista, urbanizada e consumista, quanto ao uso, conservação do ambiente e sua importância na garantia de uma qualidade de vida melhor. Neste sentido, é de suma importância o incremento da alfabetização e o fortalecimento da educação ambiental nas escolas. A

educação aqui é entendida como principal mecanismo capaz de reorientar a sociedade para o desenvolvimento de hábitos e fortalecimento valores cultural. A educação deve ser parte integrante no processo de Gestão Ambiental, de modo a garantir que os diversos segmentos sociais possam efetivamente intervir, no processo da Gestão Ambiental. No caso de comunidades tradicionais da Amazônia, o modelo de educação padrão deve ser adaptativo ao modo de vida dessas comunidades, compatibilizando o seu conhecimento com o conhecimento formal. Neste caso, é importante observar que toda ação pedagógica deve buscar uma educação tendo como pressuposto básico de que no seio da sociedade a harmonia não é uma regra, ao contrário, é o *locus* dos conflitos e dos confrontos que se desdobram em diferentes níveis: econômico, social, político, cultural, etc. O indivíduo humano só poderá alcançar uma visão integralizada tanto do meio físico natural e sua complexidade, como do meio social, se o mesmo entender que esses dois sistemas complexos são resultantes da interação entre fatores físicos, sociais, biológicos, econômicos e culturais. Só a informação e o conhecimento de causa, é que farão as populações marginalizadas e muitas vezes inseridas no processo de degradação do ambiente, tomarem atitudes, fruto da consciência crítica, com aqueles que são os responsáveis pela má utilização dos recursos naturais";

2) Conciliar crescimento industrial e progresso, com medidas de conservação e respeito aos recursos naturais, compatíveis com a noção de *desenvolvimento*, apresentada em BRANCO (1988), e que tem como desfecho a afirmação de que "é tão incongruente uma nação pretender copiar um modelo de desenvolvimento estrangeiro quanto desejarmos obter um cavalo a partir de um embrião de anta...";

3) Entender que pressões sociais sobre os recursos naturais são fruto de um modelo econômico discutível, que traça um quadro de crescimento demográfico nos centros urbanos caótico, conseqüência do processo de expropriação de camponeses. A falta desse entendimento caracterizou e ainda caracterizam as práticas de assentamentos de milhares de pessoas sem planejamento prévio, como as ocorridas na Amazônia brasileira;

4) Impedir que o egoísmo e práticas de obtenção do lucro imediato de setores mais abastados da sociedade, comprometam a conservação e uso adequado dos recursos naturais;

5) Bloquear as ações irregulares do uso de tecnologia depredatória e sua capacidade produtiva de gerar riquezas, que termina por afetar a sociedade que não é beneficiada com esse tipo de tecnologia. No caso da Amazônia a riqueza representada pela imensurável reserva mineralógica está longe de ser traduzida em benefícios para a sociedade regional;

6) Por último, melhor distribuição da

riqueza para setores menos abastados da sociedade, de tal forma que garanta melhores condições de vida a cada cidadão, dando-lhe acesso a moradia, emprego, saúde, transporte e educação.

Essas ações favoreceriam o planejamento ambiental na medida em que as necessidades básicas da sociedade, uma vez atendidas, têm como conseqüência não só a superação do impasse oriundo da relação Homem *versus* Natureza, mas principalmente na relação Homem *versus* Homem. Superadas essas necessidades, é possível pensar a conservação, como prescreve a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais-IUCN quando diz que "conservação, como desenvolvimento, destina-se aos homens..." (IUCN, 1984:12):

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas disposições conceituais e definições, verifica-se a possibilidade de se agrupar a noção de Gestão Ambiental em três abordagens básicas: a Técnico-Gerencial, Dialético-Social e a Empresarial.

Na abordagem técnico-gerencial a gestão ambiental se alicerça primordialmente nas informações e respostas que o meio físico pode apresentar e que, em nosso entendimento, tem subsidiado as propostas de Gestão Territorial e do Planejamento Geoambiental. A Dialético-Social tem como sustentação analítica

os atores sociais, onde conflito de interesses para a implementação da Gestão Ambiental constitui a questão nodal, pois as relações entre atores sociais é que passam a determinar sob esta segunda visão, a factibilidade da Gestão Ambiental. Por último, a abordagem empresarial, onde o entendimento analítico está diretamente voltado para as relações de mercado. A sobrevivência da empresa no mercado passa a ser função de suas atitudes para com o ambiente, o que permite um questionamento: até que ponto a preocupação da empresa com o meio ambiente é produto de uma nova mentalidade mundial? A resposta parece óbvia.

Com base nesse quadro, pensar a Gestão Ambiental é partir para uma abordagem holística no entendimento das interdependências entre o meio abiótico e biótico e das manifestações antrópicas na modificação do sistema ambiental. Isto significa que o entendimento da relação entre a Sociedade e a Natureza, sob a óptica da Gestão Ambiental transcende um conceito meramente empresarial, de manejo do meio físico ou tão somente do universo societário. É preciso aglutinar esses enfoques (ou abordagens). Isto posto, não se esgotam as possibilidades de reflexões aqui aventadas. De qualquer forma é primordial que se inicie a discussão, para que se possa aprofundar num conceito de Gestão Ambiental mais consistente, a partir das abordagens conceituais aqui sugeridas que, com certeza, serão produto de

um nova reflexão.

**NOTA:**

- (1) LIMA (1984) em seu trabalho: "Ecologia Humana: Realidade e pesquisa" discorrem no capítulo VI sobre o papel da educação como um dos mecanismos mais importantes e eficazes para a retomada de uma nova concepção sobre a relação do Homem com a Natureza. Segundo a autora, o conhecimento passaria a "inculcar" novos valores e novos hábitos no trato com o meio ambiente.

**BIBLIOGRAFIA:**

ABSY, M. L. (coord.) et al. **Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas.** Brasília, IBAMA, 1995.

BRANCO, S.M. **O Meio Ambiente em Debate**, 6ª edição, São Paulo, Ed. Moderna (coleção polêmica), 1988.

-----**Ecosistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente.** São Paulo, Edgard Blcher LTDA, 1989.

BRASIL, **Anteprojeto de Lei Da Consolidação Das Leis Federais Do Meio Ambiente.** Brasília (DOU-17/02/92), 1992.

CASTRO, N. de (coordenador) et. al. **A Questão Ambiental: o que todo empresário precisa saber.** Brasília, SEBRAE, 1996.

IUCN. **Estratégia Mundial para a Conservação: A conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado.** São Paulo, CESP, 1984. 111 v.

LANNA, A. E. L **Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos.** Brasília, IBAMA, 1995.

LIMA, M. J. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa,**

Petrópolis-RJ, Vozes, 1984.

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Sociais.** Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

NUNES, D. D. **Gestão Ambiental em Rondônia: políticas públicas em unidade de conservação - o caso Cuniã.** São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/DG/USP, 1996.

-----Retalhos de uma discussão ambiental. in: **Boletim do Laboratório de Geografia Humana, nº 04, ano 1(out./ nov.),** Porto Velho - RO, UNIR, 1994. p. 1214

PERALTA, E. **Geografia Física e Gestão Ambiental. in: Anais do VII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada/1 Fórum Latino-Americano de Geografia Física Aplicada, Vol. 1, 10 a 15 de out. de 1997,** Curitiba-PR/Brasil, Tec Art Limitada, 1997. PP 229-243

QUINTAS, J. S. e OLIVEIRA, M. J. G. **A formação do Educador para atuar no processo de Gestão Ambiental.** Brasília, IBAMA, 1995.

SETTI, A. A. **A Necessidade do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos.** Brasília, IBAMA, 1994

SILVA, J. D. c POMPEU, C. A. **Bases Metodológicas para o Tratamento da Questão Ambiental. in: Seminários Universidade e Meio Ambiente: documentos básicos.** Brasília, IBAMA, 1990. pp. 109-121.

\*Dorisvalder Dias Nunes. Professor do Departº. de Geografia da UFRO / Coord. do Lab. de Geografia Humana e Planej. Ambiental.

\*\*Felisberto carvalho. Professor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

**MITO E LUGAR - PARTE III**

**Josué Costa\***

**Resumo :** Apesar das ações que foram realizadas em conjunto por toda a comunidade no sentido de ficarem em Cuniã, eles também vivenciam diferenças internas. Não estão livres das paixões inerentes ao Homem. Um trabalho de pesquisa desenvolvido por acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, realizado em 1989 sob o título de "Cuniã: uma Comunidade Ameaçada" teve a oportunidade de realizar um censo e um levantamento minucioso desse grupo, que então apresentava duzentas e vinte e sete pessoas, distribuídas em trinta e três unidades familiares (Cf. levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa Cuniã, sob a forma de Censo, em 1989).

**Palavras – Chave :** Conjunto, Comunidade, Levantamento e Pesquisa.

**Abstract :** Despite the actions that were undertaken jointly by the entire community to stay Cuniã, they also experience internal differences. There are free from passions attaching to man. A research paper developed by academics of geography course da Universidade Federal de Rondônia, held in 1989 under the title "Cuniã: a Community Threatened" had the opportunity to conduct a census and a thorough survey of this group, which then had two hundred and twenty-seven people, distributed in thirty-three family units (cf. survey conducted by Cuniã research group in the form of Census in 1989).

**KeyWords :** Together Community, survey and research.

Caracterizada pela forma rotineira de ocupação da Amazônia até meados deste século, os moradores da Reserva de Cuniã reafirmam suas raízes indígenas, organizam seu espaço, criam seus signos e significados e preparam-se para lutar pelo "seu lugar".

A compreensão está nos critérios de valorização adotados pelo INCRA que leva em consideração a terra desmatada, o plantio de

lavouras perenes, construções etc. Esses critérios entram em choque com os valores assumidos por populações extrativistas que têm sua sustentação econômica e a própria sobrevivência assegurada pela manutenção da mata. Em uma população de pescadores, a sua manutenção está ligada às águas, à oferta de alimentos que podem retirar dos rios e lagos. A área de plantio também está

ligada à subsistência do grupo. A subsistência da população do Cuniã é marcada pelo extrativismo da mata e das águas, logo, a SEMA toma-se incapaz de indenizar por um conjunto de valores que não fazem parte das regras do jogo da economia capitalista.

Quanto ao projeto de formação da bacia leiteira, o Governo abandonou a idéia por ser muito onerosa; a BR-319 está abandonada sem condições de tráfego, a reserva não foi criada e não se cumpriu o acordo firmado com o POLONOROESTE, só quem pagou (e ainda paga) o ônus pela falta de planejamento e desrespeito ao povo, é a comunidade.

### **As Famílias**

Apesar das ações que foram realizadas em conjunto por toda a comunidade no sentido de ficarem em Cuniã, eles também vivenciam diferenças internas. Não estão livres das paixões inerentes ao Homem. Está claro que não a identificamos como uma comunidade harmoniosa, perfeita e sem conflitos sérios internos. Porém, é importante demonstrarmos como ela se compõe, como se dividem e quais são os grupos que politicamente a organiza.

Um trabalho de pesquisa desenvolvido por acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, realizado em 1989 sob o título de "Cuniã: uma Comunidade Ameaçada" teve a oportunidade de realizar um censo e um levantamento

minucioso desse grupo, que então apresentava duzentas e vinte e sete pessoas, distribuídas em trinta e três unidades familiares (Cf. levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa Cuniã, sob a forma de Censo, em 1989). A comunidade de Cuniã é muito jovem sendo que quase setenta e oito por cento é composta por pessoas de até vinte e nove anos.

Com a idade acima de cinqüenta anos há aproximadamente oito por cento apenas. O empenho de boa parte da juventude é por buscar instrução em Porto Velho e retomar ao Cuniã. Apenas as pessoas do sexo feminino, de idade até vinte anos manifestam um declarado desejo de sair para morar na cidade, seus sonhos sofrem influências das poucas informações que recebem pela televisão.

Todos são bem informados sobre o modo de vida em Porto Velho. Muitas famílias possuem filhos que residem na cidade, aos quais fazem visitas periódicas.

As brincadeiras das crianças são repletas de criatividade e refletem o seu mundo. Brincam com canoas, apostando corridas, passeiam e a pesca toma-se também motivo de competição. É um aperfeiçoamento de uma atividade que será fundamental em suas vidas.

A população do Cuniã divide-se em duas localidades: a do Araçá, que reside à margem do Igarapé Cuniã e a do grande Lago Cuniã. No Araçá, residem oito famílias e possuem

inúmeras características que a diferencia da comunidade do Lago Cuniã. Primeiramente, não são pescadores, não participam da pesca do pirarucu durante a safra. Têm suas atividades voltadas para o plantio da mandioca, produção e comercialização da farinha. Produzem a **farinha d'água** (A mandioca é deixada de molho). É comum ser deixada às margens do igarapé ou dentro de canoas afundadas, ou mesmo em gamelas feitas de troncos de árvore. É necessário que a mandioca vire "puba", ou seja, apodreça. Então é retirada a casca, passada em prensas para retirar o excesso de água. Do apodrecimento da mandioca resulta um líquido amarelo chamado de tucupi que pode ser armazenado e vendido na feira que servirá como base para molhos de pimenta ou no preparo de pratos como pato no tucupi, tambaqui no tucupi, tacacá e outros. A massa é lavada para retirar a goma (polvilho) em seguida é torrada e resulta em uma farinha de cor amarelo forte e será grossa ou fina conforme a opção pelo peneiramento e também pela habilidade de quem está mexendo a massa no forno. Se não souber mexer, cria grãos. A farinha d'água é apreciada no preparo do chibé (farinha com água) e no acompanhamento do pirarucu seco e frito **farinha seca** (A mandioca é ralada, peneirada se quiser que seja fina e torrada com a própria goma (polvilho). A farinha fica com uma amarelo claro, crocante e muito apreciada na farofa com peixe para fazer o pirão escaldado)

e a **farinha de tapioca** (No preparo da farinha d'água em que é retirada a goma, esta é deixada em gamelas para decantar. Após escorrer a água a goma peneirada é torrada. Forma-se uma farinha branca e carocuda ideal para a preparação de mingau, bolo e pudins). Possuem um nível econômico mais estável, pois não sofrem com o período da entressafra em que a pesca é proibida. O grupo que reside à margem do grande lago Cuniã possui atividades opostas às do Araçá: são pescadores (principalmente de Pirarucu) e coletores de castanha, açai, copaíba e outros produtos da mata. Sofrem muito como período da entressafra da pesca.

A partir dessa divisão, outras subdivisões irão ocorrer e serão bastante esclarecedoras para se compreender como se estabelece o poder em uma micro-escala. Existem em Cuniã dois grandes grupos familiares que estruturam as relações de poder local: por um lado, temos a família Souza-Silva (o verdadeiro nome das famílias foi omitido nesse trabalho com o intuito de preservá-las), católica, com origem de seringueiros, apresentando forte herança Mura e exercendo atualmente a atividade da pesca. São agrupados pela presença matriarcal de D. Maria que é depositária da história do grupo. Possui ainda a liderança interna. Por outro lado, há a família protestante dos Menezes, que não tem a mesma origem dos Souza-Silva, tendo uma tradição política maior com alguns parentes prefeitos, ou vereadores

em municípios amazonenses; exercem a atividade da pesca, porém, a sobrevivência econômica é mantida por cargos públicos, comércio varejista e compra do pescado local. Por essas características, possuem um nível econômico acima da média. Como os membros de uma família vão ocupando os espaços contínuos, os Menezes denominam a área onde se encontra sua família de "Bom Jardim". Essa denominação é uma forma de marcar o seu lugar em relação aos outros moradores.

Embora as relações de parentesco envolvam praticamente toda a comunidade pelas afinidades consanguíneas ou de compadrio e aparentemente reúna todos em uma grande família, as diferenciações mostram-se claras, juntamente com a disputa interna.

A luta desenvolvida pela ASMOCUN demonstrou um poder de força que despertou o interesse pela disputa da direção política entre as famílias. O primeiro presidente da Associação foi da família Souza-Silva que obteve uma reeleição, conseguindo espaço na imprensa da Capital, entre os órgãos governamentais e adquirindo equipamentos para a comunidade tais como uma casa de farinha de uso comunitário, visita de médicos, dentistas, equipamento das escolas contrata para professores, e um barco que servia à comunidade para transporte de passageiros e cargas. Os moradores contribuíam na medida de suas posses, para a manutenção e

compra de combustível. Era uma embarcação lenta, levando em média doze horas de viagem de Cuniã a Porto Velho, porém a decisão dos planos de viagem era comunitária.

Na segunda gestão a presidência da ASMOCUN é exercida, por um membro da família Menezes. O confronto político pela permanência dos moradores, se ocorreu, foi de uma maneira bem mais suave que nos anos anteriores. Entretanto, alguns ganhos foram conseguidos como a implantação de um posto de saúde com enfermeiro da família Menezes; a reconstrução da Igreja católica (que fora destruída pela extinta SEMA), em um terreno cedido na área de Bom Jardim e a construção de uma escola próxima à igreja. O barco que atendia à comunidade pela Associação ficou em ruínas.

Bom Jardim concentra a oferta de serviços como saúde, religioso (tanto protestantes como católicos) além de contar com uma escola primária e ainda contrata trabalhadores para realizar a pesca, que é armazenada e negociada em Porto Velho. Quem não trabalha para os Menezes, procura atividades em propriedades na Vila de São Carlos.

A ASMOCUN perdeu a oportunidade de entrar do debate junto ao IBAMA para a transformação da área em uma unidade de conservação que permita a presença da população, talvez uma reserva extrativista e aproveitar que o fórum das ONGs (organizações Não Governamentais) está realizando um projeto de transformação de



várias áreas em unidades de conservação do tipo RESEX. Entretanto, a Associação não tem encaminhado nenhum projeto neste sentido.

### **Os códigos da Terra**

Com o processo de indenização promovido pela SEMA, os moradores de Cuniã teriam a "liberdade" de escolher um lote de cem hectares na Gleba Ouro Preto do Projeto Fundiário Alto Madeira, além de receberem uma pequena indenização pelas benfeitorias referentes às suas posses, no Cuniã. Foi organizada uma expedição para o reconhecimento da área, e ao retomarem a Cuniã houve reuniões com relatos detalhados, somente então os moradores tomaram a decisão unânime de ficar.

A princípio, os moradores de Cuniã iriam viver em uma área de maior acesso, o Governo acenava com apoio de crédito rural, legalização da terra, estradas, posto de saúde e escola. Contudo, essa proposta foi rejeitada, não de uma forma imatura, mas planejada e analisada.

O que foi medido nessa tomada de decisão? Teria sido a desconfiança na palavra do Governo? O que essas pessoas estavam querendo preservar? Pelo que percebemos em nossa estadia em campo, podemos afirmar que a decisão foi baseada em uma estreita relação que a comunidade desenvolveu na área do Cuniã, durante sua convivência no local.

O conflito vai expor para a própria comunidade que eles tinham uma ligação com aquela área em uma dimensão que ninguém tinha ainda mensurado. O grupo se organizou para mostrar aos outros o quanto eles necessitavam daquele lugar e esse deles. E remetendo-se, sempre que possível, à época dos Mura, reafirmando um elo com o modo de vida dos índios, reafirmam a legitimidade de seu conhecimento tradicional, recorrendo à sua descendência indígena e à eficácia de sua forma de produção. Dessa maneira, o grupo de Cuniã garante a sua antiguidade e aproveita para expor o seu projeto de preservação do meio ambiente, mostrando que a herança Mura fundamentava essa relação. Perceberam que eram os únicos que realmente conheciam o Cuniã, possuíam informações que garantiam a preservação ambiental. As propostas externas, portanto, não eram compatíveis com os seus ideais. Essa incompatibilidade era motivada pela ausência do homem do Cuniã e perguntavam: "vão preservar tudo isso para os jacarés, as piranhas, os biguás?"

Entravam assim, em uma reflexão muito profunda, e passam a compreender que no momento em que o Governo fala de preservação ambiental para Cuniã, não está falando de preservar o meio ambiente para o homem que ali vive. Neste sentido, para reafirmar esta linha de raciocínio, algumas matérias foram publicadas em jornais locais que esclareceram porque tudo isso estava

acontecendo em Cuniã:

... À medida que as grandes metrópoles do Globo se revestem de cinza e negro do asfalto e do dióxido de carbono, o homem urbano busca ansiosamente o verde (...). Porto Velho, pela sua localização, sempre teve um significado especial para quem quer travar contatos imediatos do 1º grau com a Amazônia (...) assim sendo, poderemos trazer turistas que querem ver de perto tudo o que a grande floresta esconde. Não se satisfazem em contemplar platonicamente a majestade dos rios ou a importância das florestas. Querem ver de perto tudo o que se abriga sob o manto das águas e atrás da cortina da mata virgem, para isso dispõe de muito dinheiro e pouco tempo... (Jornal Alto Madeira 22-23/07/90)

Era, então, a apresentação de um novo projeto de reserva ao quais os moradores respondem incisivos: "nós já fazemos a reserva para proteger o meio ambiente: o povo daqui é quem faz a reserva..." No conceito de reserva deles estava incorporada a experiência herdada de seus antepassados, o seu modo de vida, o seu modo de tratar o ambiente e a semelhança com os Mura.

Ficar em Cuniã era uma forma de assegurar sua identidade cultural e demonstrar sua eficácia na proteção do meio ambiente:

... Muito antes da SUDEPE, nós deixamos de pescar de facho, malhadeira e curumim porque tava diminuindo os peixes, aí veio a SUDEPE e proibiu esse material. Quando tinha invasão de malhadeira, nós nos reuníamos e ia lá conversar primeiro: "companheiro, assim, não tá certo", e se não obedecer, a gente toma outras providência, a gente corta... (pescador do Cuniã, 1993)

Toda a área vai estar repleta das marcas

de sua existência: o nome de cada lago, o período de procriação das espécies, o acordo com a Cobra Grande; as suas árvores possuíam marcas que as distinguiam das árvores em geral, algumas foram plantadas pelos seus avós, pelos seus pais; outras sustentaram a sua família com o seu leite, com seu vinho, com seus frutos; o pequeno cemitério guardava seus mortos; o local em que estava a capela onde todos se reuniam.

...Eu não quero sair daqui não. Só vou sair daqui depois de morta, que me arrastarem por uma perna. Sei não, isso tá com bem cinco a seis anos pra botar nós daqui pra fora. Acabaram com a capela. A santa tá até quebrada aí, pior coisa do mundo... (moradora de Cuniã, 1993)

...Pra mim e pra minha família, esse lugar tem uma importância muito grande, porque a gente tira a alimentação, a gente tem muita liberdade, não é como em outros lugares que a gente não tem a liberdade que tem aqui (morador do Cuniã, 1993)

... Eu me orgulho desse lugar, eu me orgulho de ver essa mata tão linda, vendo esses peixes... Orgulho-me da seguinte maneira: aqui não tem carro pra perseguir meus filhos, não tem ladrão, vivo tranqüilo coma milha família, almoço e janto todos os dias. O que meu pai me deixou de herança, foi essa terra e eu amo essa terra... (morador do Cuniã, 1993).

... Eu sou acostumado aqui, a bem dizer, sessenta anos morando aqui eu sinto que aqui, a pescaria daqui não é perigosa como a pescaria do Rio Madeira, arriscando a você a se alagar numa ponta d'água ou um bicho comera pessoa, como acontece mesmo por aí, né? Vi dizer: a cobra comeu fulano, fulano morreu afogado, ninguém soube nem notícia dele, né? E aqui não. Aqui é uma pescaria como o senhor tá sabendo, aqui você atravessa aí numa canoa do tamanho que seja de um metro, um metro e meio e vai embora. Até esse menino, vai e

**pega seu peixinho, sustenta sua família. A bondade desse lugar é essa, aqui não tem perigo de nada, graças à Deus. (...) eu não quero sair daqui, porque sou filho daqui, e me criei aqui. Tenho meus filhos na fartura. Criei na fartura todo mundo. É só isso... (morador de Cuniã, 1993)**

No embate, os moradores lembraram que construiriam algo que não poderiam deixar de lado, ou seja, as suas próprias vidas, suas existências e por isso lutariam e lutaram até as últimas consequências. As diferenças internas não foram fortes o suficiente para impedir a construção de um projeto em comum: permanecer na área, lutar pelos seus códigos, lutar pela vida.

**“Mito e Lugar”** é o trabalho que apresentamos para a obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José William Vesetini, defendido em 1994. As primeiras partes foram publicadas na Revista Presença nº 09 e 10 e continuarão nos números seguintes.

**\*Josué Costa.** Professor do Departamento de Geografia/UFRO, Pesquisador-Associado do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental, Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

## **EDWARD P. THOMPSON: SOBRE O MÉTODO**

**Eliane Sebeika Rapchan\***

**Resumo :** Edward THOMPSON irá construir na Formação da Classe Operária Inglesa. Seu projeto intelectual, que permite um diálogo não apenas com os historiadores, pode servir de instrumental teórico-metodológico para outros pesquisadores. O autor faz grande contribuição quando explicita sua perspectiva de análise que é a de lidar com todo universo em questão, passível de ser abarcado quando se trata de refazer o percurso de determinado grupo social. Mais do que isso, contribui quando aponta e demonstra o trajeto percorrido para concretizar seu intento.

**Palavras – Chave :** Analise, Dialogo, Contribuição, Intelectual e Universo.

**Abstract :** Edward THOMPSON will build on the formation of the working-class in England. His intellectual project, which allows a dialogue not only with historians, can serve as a theoretical-methodological instrumental to other researchers. The author makes great contribution when explaining your prospect analysis that is to deal with the whole universe concerned, liable to be covered when it comes to retrace the path of a particular social group. More than that, it helps when points and demonstrates the path travelled to concretize your intent.

**KeyWords :** Analysis, Dialogue, Intellectual Contribution, and Universe.

A realidade objetivamente dada é capaz de falar por si só, comunicando-se através de dados e, neste caso, o papel do pesquisador seria apenas o de recolhê-los. Parece fácil refutar este argumento, visto que, sem nos determos em longa e apurada análise poderemos identificá-lo como pertencente a um positivismo aberrante.

No entanto, feita a crítica, fica a pergunta: O que pretendemos enquanto cientistas humanos? Quais são as nossas questões e quais as respostas que buscamos?

A intenção deste ensaio é a de fazer uma leitura de dois trabalhos de Edward P. THOMPSON: A Formação da Classe Operária Inglesa e Senhores e Caçadores procurando destacar-lhes uma peculiaridade -

o método - ponto axiomático no qual podemos refletir sua contribuição para esta problemática que as ciências humanas e sociais têm colocado. Tampouco emerge apenas a partir dos próprios elementos que se combinam numa dinâmica interna própria. Não fosse a ação dos próprios grupos de trabalhadores, eles mesmos jamais se constituiriam numa classe apenas pelo fato de terem sido gradativa e definitivamente expropriados de seus meios de produção e, portanto, de reprodução, enquanto artesãos que foram. Seria apenas um grupo de trabalhadores expropriados. Contudo, e contraditoriamente, não fosse o processo de industrialização, os movimentos políticos, religiosos e intelectuais e a própria expropriação que rondava a Europa, e mais especificamente a Inglaterra nesse período, jamais teria se formado uma classe com características da classe trabalhadora inglesa.

Esta é a base da análise que Edward THOMPSON irá construir na Formação da Classe Operária Inglesa. Seu projeto intelectual, que permite um diálogo não apenas com os historiadores, pode servir de instrumental teórico-metodológico para outros pesquisadores. O autor faz grande contribuição quando explicita sua perspectiva de análise que é a de lidar com todo universo em questão, passível de ser abarcado quando se trata de refazer o percurso de determinado grupo social. Mais do que isso, contribui quando aponta e demonstra o trajeto

percorrido para concretizar seu intento.

Na verdade, concretamente, a metodologia e a perspectiva de análise fundem-se numa só: a preocupação em fazer um trabalho onde seja possível um debate com outros autores que versam sobre o mesmo assunto tanto contemporâneos quanto antecessores; bem como a introdução de dados e documentos desconhecidos, ou não, convenientemente analisados; além de uma reflexão e um diálogo com todo esse arcabouço obtido e articulado.

Além disso, vale chamar a atenção para o movimento do texto: o autor vai da análise do grupo internamente à Inglaterra e, às vezes, ao contexto mundial por um lado; e por outro, atravessa várias temáticas e perspectivas de análise como as várias categorias e grupos sociais recortados sob prismas diversos como, por exemplo, as várias categorias profissionais ou religiões e associações de trabalhadores mostrando a interconexão entre elas.

No entanto, devido ao seu rigor, o autor em nenhum momento se propõe a estabelecer generalizações - estuda o seu caso em profundidade - e, através de todas relações que pode estabelecer, demonstra como tentativa de fazer um estudo de embarque a rede de interconexões possíveis dentro de um universo, pode levar a resultados interessantes e satisfatórios. Cumpre ressaltar que, apesar de rejeitar explicações gerais e, portanto, simplificadora muitas vezes,

THOMPSON não pensa o seu problema como isolado, mas integrado, integrante e dinâmico dentro de um contexto mais geral.

Quando leva em conta todo o universo que cerca o grupo em questão, THOMPSON injeta em seu trabalho a noção de que nenhum grupo é impermeável, homogêneo, puro. Ao mesmo tempo, ele mostra que este grupo, enquanto tal, só pode constituir-se na medida em que **SE FAZ, FORJA-SE, torna-se SUJEITO.**

Em Senhores e Caçadores, THOMPSON ao fazer um trabalho de abordagem histórica, o faz através da construção de uma etnografia que está referida às florestas das cercanias de Londres (Windsor e Hampshire), à sua lógica espacial e social, nas primeiras décadas do século XVIII. Chama-se aqui de lógica espacial à distribuição de terras e seus usos, bem como a utilização e os interesses que a cercavam. Este trabalho, que une história e antropologia, servirá para uma reflexão acerca do direito e dos aspectos jurídicos da sociedade que entram em jogo numa teia de interesses econômicos, status e privilégios de grupos. Ele consegue, assim, apresentar uma reflexão sobre a efetivação da propriedade privada no campo inglês não apenas pela tradicional lógica de "enclosure", mas também através de outros mecanismos que são tratados no decorrer do texto.

A carência de documentos históricos levou o autor, neste livro, a buscar outras

referências e fontes documentais (como a reconstrução da administração das florestas em 1723) fato que, aliado ao método de THOMPSON permitiu a reconstrução de dimensões fundamentais da sociedade inglesa e que nos permitem, hoje, a reflexão acerca de outros casos. O autor admite a impossibilidade da neutralidade do cientista, mas não perde de vista a perspectiva que suas fontes lhe apresentavam nem a continuidade da produção dos documentos históricos: "Visto que parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que os legavam ao poder (...)" (p. 17)

Ele ressalta a noção de história enquanto "reconstrução" recuperando não apenas algo que foi do conhecimento das pessoas que viveram na experiência, mas também aquilo que lhes era explicitamente desconhecido.

Para que isso seja possível, THOMPSON procurará tanto em Senhores e Caçadores quanto n'A Formação da Classe Operária Inglesa mostrar os caminhos e descaminhos da classe operária e do circuito criado em torno dos Negros de Waltham a partir das informações obtidas de seus elementos mais comuns e menos notórios dado-lhes iguais status que receberam as informações de um grande líder do movimento ou de nobreza local. Não há informações privilegiadas por essa classificação, nem informantes

hierarquizados. Levar em conta essa característica do trabalho é fundamental na medida em que se considera o papel capital de cada indivíduo na constituição de um sujeito social ou de um movimento que SE FAZ.

Ainda na tentativa de mapeamento do trabalho de THOMPSON, cumpre detectar-lhe um aspecto fundamental: é a pergunta que este pesquisador dirige à massa informe de documentos que lhe vêm às mãos que dará o tom, a lógica de ordenação e a possibilidade de interpretação do material obtido. Ou seja, as perguntas: Como se deu a formação da classe operária na Inglaterra? Qual sua constituição? Qual a sua identidade? O que significou a Lei Negra no contexto da Inglaterra de início do século XVIII? Qual a sua relação com a propriedade privada? Em que contexto surge e a que demandas vêm atender uma lei?

Estas não são perguntas inocentes, mas são questões formuladas com o intuito de permitir a abordagem da problemática com a maior abrangência possível, por isso o trabalho salta da dificuldade de sua dispersão para o mérito de uma pesquisa que se desenvolve na pluralidade.

No caso d'A Formação da Classe Operária Inglesa, essa, ao admitir que uma classe não é homogênea internamente, ao contrário do que muitos discursos políticos destinados à "classe trabalhadora" ou referidos à "classe trabalhadora" insistem em afirmar, baseados numa superficialidade que qualquer observação primária desmontaria,

o autor esclarece uma série de pontos erroneamente empregados. Se a classe trabalhadora não é absolutamente homogênea quando tomamos as diferentes categorias profissionais que a formam, tanto no que diz respeito à sua história, suas adesões políticas, à sua organização interna e seu status junto a outras categorias de trabalhadores, o que a torna uma classe?

Se a classe operária constitui-se num determinado momento histórico, não sendo construída apenas a partir das injunções políticas externas a ela, mas também, e principalmente, a partir dela própria, onde estará a sua identidade?

Há, sob um aspecto, uma "identidade de interesses" que culmina no período 1830-34, atingindo um grau nunca antes alcançado. Daí pode-se abstrair que o grau de intensidade da "identidade de interesses" não é constante nem homogênea, mas gradativa e se acentua ou atenua de acordo com as solicitações internas e/ou externas definidas. Admite-se, então, que a identidade não se forja e a partir deste momento mostra-se pronta e imutável; mas molda-se, altera-se e redimensiona sua coesão.

No período referido, a "identidade de interesses" promove organização via sindicalismo, institucionalizando suas bandeiras e reivindicações.

Noutro aspecto, a "identidade de interesses" se estabelece a partir da classe trabalhadora com relação às outras classes.

Atualmente, o debate em torno da elaboração da identidade inclui o argumento de que um grupo só se define na medida em que se faz necessário marcar posição e diferença com relação a outros. Uma classe se define também em referência a outras e é desse argumento que THOMPSON parte.

Na medida em se constituem como classe, em oposição a outras classes, os trabalhadores se posicionam não somente e imediatamente como expropriados dos meios de produção frente aos industriais, à aristocracia rural e à classe média, em termos materiais e objetivos, mas também em termos ideológicos, de projetos de futuro, de necessidades, de consumo, de sobrevivência, de formação, de educação, de reivindicação, de propostas políticas. Todos estes fatores vinculados à sua sobrevivência enquanto classe.

Pode-se falar, então, a partir desse momento, do surgimento de uma "cultura operária" que emerge do movimento da classe em seu FAZER-SE. Pode-se chamar de "cultura operária" a este conjunto de valores que são passados, compartilhados e produzidos por um grupo que se reflete em todas as condições de sua existência, dos setores mais produtivos e materiais à ideologia e à religião.

Apesar de a identidade ser nascida dentro da própria classe, pode-se perceber que, de acordo com interesses de cunho

econômico, político, ideológico ou outros ocorre à identificação de uma classe social com outra. Essa dinâmica pode ser observada de modo que a identificação pode tanto partir de uma das classes envolvidas com relação à outra como pode, também, nascer de um terceiro sujeito que estabelece as relações segundo outros interesses. Da mesma forma como THOMPSON recolheu documentos que assinalam um determinado debate ocorrido na Inglaterra, que pretendia associar a classe média à classe operária porque, no fundo são todos trabalhadores (Tomo 3, p. 417); temos, por outro lado, no Brasil, em 1989, o voto de uma parcela significativa da população constituída de um contingente de miséria absoluta dirigindo e elegendo um representante das elites oligárquicas nordestinas, entre outras coisas. Esses votos, dessa população estavam carregados de um desejo de ser e pertencer à classe à qual este homem pertence, em oposição ao outro candidato que possui uma trajetória muito parecida com a de milhares de brasileiros, trabalhadores, migrantes...

Por outro lado, essa classe que se constitui, não necessita única e exclusivamente, de seus líderes para existir. THOMPSON mostra como a emergência de uma classe não se dá apenas a partir de líderes iluminados que conclamam e organizam; mas a partir de necessidades que são intrínsecas ao próprio grupo.



Isso não quer dizer que se dispense a presença de líderes, mas sua importância não ocorre ao nível de onipotência, onipresença e onisciência. Em contrapartida, também não quer dizer que não haja, por parte desse líder e de outros, externos ao grupo e que pretendem se fazer líderes, uma disputa pelo poder e um desejo de controle das ações da classe, muitas vezes bem sucedido.

O surgimento dessa "autoconsciência coletiva" se deu no correr de gerações, dentro de uma dinâmica social de uma população que sofreu a destruição de seu modo de vida tradicional seja o artesão urbano, seja o camponês. Ainda dentro dessa dinâmica social vimos surgir uma "cultura do artesão e do autodidata". A diversidade de especialidades dentro da classe operária gerando inventores, jornalistas, teóricos, políticos, etc.

Assim, um grupo social, enquanto classe pode acabar gerando indivíduos que sairão dele para integrar outros grupos sociais.

Essa comunicação com outros grupos sociais se estende para outras instituições e para outros espaços de convívio social: a escola, as lojas, as capelas, os lugares de lazer tornam-se palcos da luta de classes que extrapolem o convívio da fábrica e vão para a dimensão total do convívio social e da cultura.

Na abordagem referente a Senhores e Caçadores, THOMPSON demonstra como, no século XVIII, o Estado inglês que apoiava a

preservação da propriedade privada assiste a Lei Negra ter aprovação majoritária pela Câmara. Os negros cometiam crimes contra a propriedade particular.

Como se justifica uma lei de pena capital unanimemente aprovada?

Um dos motivos é o uso que a nobreza britânica fazia dessas florestas. Este era um dos seus espaços de lazer. No entanto, elas eram ocupadas por uma população constituída por nobres, camponeses, posseiros, agentes burocráticos, etc., portanto, não homogênea. Assim como também não eram homogêneos seus terrenos no que diz respeito à flora, fauna ou qualidade da terra. A floresta se caracterizava muito mais como uma designação jurídico-administrativa do que uma organização econômica unitária.

Essa organização econômica era complexa e específica: havia reivindicações pelos gamos e veados e outras caças menores por parte de fidalgos e camponeses, além da demanda por madeira, carvão e transporte.

No entanto, a caça, principalmente de cervos e veados, tornou-se escassa e passou a ser expressamente proibida aos camponeses e destinada apenas à nobreza.

Para esta, esses animais esquivos e de hábitos difíceis significavam sua representação simbólica e seus "status". No limite, as proibições à caça de cervos, se estenderam inclusive, para além dos portões

da floresta. "Tudo se subordinava à economia dos cervos." (p.35)

Os cervos poderiam ser criados nos parques reais, mais isso não ocorria. As ações movidas pelos interesses pessoais dos funcionários das florestas, como também o direito de caça aos cervos, recaíam em abuso de direitos, pois a caça, por exemplo, significava para os camponeses um complemento importante na sua dieta. Havia também uma grande valorização dos lagos piscosos que, ao serem construídos eliminavam os direitos de pastoreio e de extração de torrões de turfa dos plebeus.

Estes dois elementos: os cervos e os lagos piscosos se tornaram alvo dos ataques dos Negros e essa ação tornou-se crime inafiançável.

No entanto, os Negros não deixaram nenhum manifesto nada escrito. Suas marcas estavam nas suas ações.

É importante destacar também que todo este movimento ocorreu no período da "Restauração" da monarquia na Inglaterra, após Cromwell que já estava submetida ao Parlamento, mas que se empenhava no sentido de re-adquirir privilégios e status.

Referidos a este fato, poderemos refletir sobre o surgimento de uma lei de pena de morte para punir crimes como a caça ilegal e os disfarces, que existiam desde a antiguidade, somente neste período. Mais do que isso, é preciso levar em conta que o código penal inglês já possuía leis que puniam crimes

ligados ao roubo de cervos que eram punidos com multas ou degredo.

O valor das multas contra caça tinha repercussões diferentes entre pobres e ricos. E, muitas vezes, os empregados eram processados em nome de seu senhor. Além do que, havia entre leis e juízes possibilidades de subornos e de interesses diferenciadamente defendidos.

THOMPSON consegue apreender, fornecendo-nos este quadro, não a institucionalização da lei, seus códigos ou a demarcação da propriedade privada, mas o conflito entre homens reais, o conflito social na sua expressão interior e rural com relação à sociedade inglesa mais ampla. Conflito esse, vinculado e referido às transformações que esta sociedade mais ampla estava sofrendo.

Não eram propriamente os ataques predatórios às florestas que estavam sendo punidos, já que também homens ricos e poderosos os praticavam. Eram "alguns" que deveriam ser punidos, que agiam nas florestas de maneira que não lhes era permitida, reivindicando seu direito de uso.

É assim, a partir destes dois significativos trabalhos que podemos avaliar a contribuição de Edward P. Thompson. Atualmente, ele nos é de grande valia. Talvez não só para analisarmos o surgimento de uma classe como um todo apenas, mas também para refletirmos acerca do surgimento dos inúmeros sujeitos sociais nos quais, às vezes, colocamos tantas esperanças e aos quais

buscamos tão ardentemente compreender.

**BIBLIOGRAFIA:**

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Tomo 1,2,3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Ed., 1988.  
**Senhores e Caçadores**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

**\*Eliane Sebeika Rapchan.** Antropóloga,  
Mestra em antropologia pela Universidade de São Paulo.

**RONDÔNIA: COLONIZAÇÃO DE NOVAS  
TERRAS**

**José Januário Amaral\***

**Resumo :** O campo brasileiro torna-se cenário de reivindicação e luta pela terra de pequenos agricultores que não tinham acesso, ou haviam perdido suas terras para as empresas rurais capitalistas. Procurando administrar as tensões sociais decorrentes desse quadro, o governo se alia aos latifundiários, executando a política de colonização de novas terras. Promovendo o êxodo ou uma remoção massiva para a região amazônica. A saída que o Estado brasileiro tem proposto e executado para "solucionar" a questão da terra nas regiões extra amazônicas é sempre a colonização agrícola que remonta ao início do século XIX. Aqui discutir-se-á o processo de colonização nos últimos vinte anos na "fronteira" amazônica.

**Palavras – Chave :** Agricultores, Colonização agrícola , Êxodo e Latifundiários.

**Abstract :** The Brazilian field becomes scenario of claim and the struggle for land of small farmers who did not have access, or had lost their lands to capitalist businesses. Looking for administering social tensions resulting from this framework, the Government if alia to landowners, performing the policy of colonization of new land. Promoting the massive exodus or a removal for the Amazon region. The output that the Brazilian State has proposed and implemented to "solve" the problem of land in the Amazon regions extra is always the agricultural settlement dating back to the early 19th century. Here discuss the process of colonization in the last twenty years in the Amazon "frontier".

**KeyWords :** Farmers, agricultural Colonization, Exodus and Landowners.

A saída que o Estado brasileiro tem proposto e executado para "solucionar" a questão da terra nas regiões extra amazônicas é sempre a colonização agrícola que remonta ao início do século XIX. Aqui discutir-se-á o processo de colonização nos últimos vinte anos na "fronteira" amazônica. Entende-se que a

colonização tem sido a forma institucional de expansão do capitalismo na Amazônia. Conforme MARIN (s/d), "a fronteira faz parte de uma totalidade social que a transcende; ela é a franja de um sistema em expansão e, portanto, não pode, em hipótese nenhuma, ser entendida dissociada dele".

Desta maneira, o que está ocorrendo hoje nos projetos de colonização da Amazônia Oriental, privados e oficiais, tem uma relação íntima com questões relativas a luta pela terra que camponeses enfrentam em outras regiões do País. Para TAVARES DOS SANTOS (1989),

"houve, no Brasil Meridional, durante os anos 70, um largo processo de expulsão de certas camadas de campesinato, tanto por causa da concentração da estrutura fundiária quanto das condições econômicas sobre as pequenas propriedades rurais". Isto está relacionado de certa forma a intensiva modernização da agricultura nas regiões Centro-Sul do País, modificando as relações sociais no campo. O camponês expropriado de seu "sítio" passava a engrossar os contingentes das sem-terras e a reivindicar junto ao poder pública a "terra de trabalho", pois se recusava a tornar simplesmente um assalariado ou ir morar nas cidades. Ele até ia ser trabalhador temporário, pois na medida em que pudesse voltar a terra o fazia.

O campo brasileiro torna-se cenário de reivindicação e luta pela terra de pequenos agricultores que não tinham acesso, ou haviam perdido suas terras para as empresas rurais capitalistas. Procurando administrar as tensões sociais decorrentes desse quadro, o governo se alia aos latifundiários, executando a política de colonização de novas terras. Promovendo o êxodo ou uma remoção massiva para a região amazônica. Criando vários projetos de colonização agrícola, principalmente, nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Assim, em virtude desse quadro TAVARES DOS SANTOS (*op.cit.*), considera que a "possibilidade do povoamento de novas terras

sempre foi uma das determinações específicas do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira". Continua afirmando que nos últimos 20 anos, "...desencadeou-se uma política de colonização para transferir as populações consideradas excedentes para as novas terras, para o que foi instalado um aparelho ideológico da colonização capaz de difundir uma mensagem favorável dos programas". O excedente de população transferido para Rondônia no período de 1970 a 1980 chegou a dimensões gigantescas. No início da década havia 113.000 habitantes, no ano de 1980, a população já ultrapassava os 492.000 habitantes conforme revela a tabela a seguir:

TABELA 1-RONDÔNIA: EVOLUÇÃO

D	
ANO	POPULAÇÃO
1950	37.173
1960	70.783
P1970	113.650
O1980	492.810

PULAÇÃO DE 1950/1980

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico.

Assim, com a chegada massiva de migrantes em Rondônia, as contradições internas no Estado se intensificam. O povoamento que anteriormente, obedecia a três eixos de penetração: inicialmente, ao longo dos rios e igarapés onde se estabeleceu a chamada "civilização do igarapé" ou a "população ribeirinha"; num segundo momento, nas áreas marginais à Estrada de

Ferro Madeira Mamoré-EFMM, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim, encontravam-se as Vilas de Jaci - Paraná, Abunã, Vila Murtinho e outros vilarejos; e terceiro pelo sul do Estado através da picada empreendida por Rondon, objetivando a implantação de postos telegráficos, houve o surgimento de algumas vilas a exemplo de Vilhena e Pimenta Bueno. A partir do final da década de 60 a recuperação de Rondônia será fortemente influenciada pela BR-364, que liga Cuiabá - Porto Velho. É ao longo dessa via de acesso que foram implantados os projetos de colonização, conflitivamente, pois com a estrada foi também o colono, o sem terra, grileiro, o fazendeiro a empresa rural, empresa multinacional. Surge o cercamento das terras que anteriormente era livremente habitada por índios e ribeirinhos. A cada "verão" essas populações eram privadas de suas terras cada vez mais, até a sua expropriação. Através dessas práticas, a colonização constituiu-se em uma tentativa de controle do território e dos homens, possibilitando a formação de mão-de-obra para as grandes empresas agropecuárias e mineradoras que na Amazônia vieram a se instalar, ao mesmo tempo em que preservava o latifúndio no restante do País. Nos últimos cinco anos, nota-se uma diminuição das atividades do INCRA nos projetos de colonização, havendo uma redução no grau de ingerência nos mesmos além dos próprios colonos em sindicatos, associações de ajuda

mútua no interior dos projetos. Ressalta-se que apesar do INCRA ter diminuído o seu controle, outros órgãos de âmbito estadual se fazem presentes como o Instituto de Terras de Rondônia - ITERON, e a Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI.

O discurso ideológico do Estado apresentava uma área como sendo "desabitada", "terras sem homens...", "vazio demográfico", o que contribui no sentido de legitimar a colonização em novas terras (novas para o capital), e ao mesmo tempo a própria colonização foi um mecanismo de controle do território, já que o aparelho estatal agora de fato se fazia mais presente no espaço amazônico. Assim, ao se dar a expansão das relações do modo de produção capitalista constata-se que a Amazônia não era tão "vazia" quanto demonstrava o discurso oficial. Além dos territórios indígenas, outro grupo expropriado é constituído pelos posseiros. Segundo TAVARES DOS SANTOS (1989), "em todas as situações as agências de colonização emitiram um discurso que não apenas fazia desaparecer tais grupos, como os menosprezava, no limite, os estigmatizava". Não foi só no discurso que estas populações tendiam a desaparecer, mas na prática o INCRA, a serviço das empresas rurais fraudava processos omitindo a presença na área de interesse dos empreendimentos privados, de índios e posseiros. Pois pela legislação não poderiam estas terras ser apropriadas por outrem se houvesse a

presença de tais grupos é o caso dos índios Uruêu Wau Wau, que têm perdido suas terras para fazendeiros do PAD Burareiro, onde encontramos um total de 104 propriedades deste projeto na área indígena. Conforme CARDOSO (1989), "em 7.11.79, o delegado da 8ª Delegacia Regional da FUNAI envia um ofício ao governador do Território de Rondônia confirmando que o PAD Burareiro incide na área interditada pela FUNAI, Entretanto, no dia 15.05.80, foi emitido um telex pelo INCRA/CETR/G ao executor do PAD Burareiro com o seguinte texto: Comunico que todos os parceiros das linhas CO, C 10 e C15, estão liberados para reiniciarem suas atividades agrícolas". Os índios, os posseiros, são excluídos da terra, eles são estigmatizados por um processo que procura extinguí-los. Relegando-os também além exclusão da terra, à exclusão social. Por conseguinte, faz-se necessário levantar reflexões sobre a condição de vida dos colonos que na Amazônia foram em busca da "terra de trabalho". Hoje ele é uma realidade e como tal apresenta contradições que seus planejadores previram. É o caso do ressurgimento da luta política no seio dos projetos de colonização.

Ademais, o espaço da colonização apresenta-se com forte conteúdo ideológico. De sua contradição renasce a

luta dos camponeses pela "terra de trabalho", fato não previsto nos programas de colonização. Hoje existe a figura do colono que retomou da Amazônia, dos projetos de colonização para engrossar a luta pela terra em sua região de origem. Os retornados reivindicam terra em suas próprias regiões, excluindo a possibilidade de colonização em novas terras. Isto representa um revigoramento e um novo rumo da luta pela terra.

## BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, M.L. **Parecer Antropológico sobre os limites territoriais da área indígena Uruêu Wau Wau.** s.l., mimeo, 1989.
- MARIN, R. **Colonização e Fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico.** Belém. NAEA, s/d.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. **O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo.** in Sociedade e Estado, Brasília, v. 2, UNB 1989

- **Jose Januário Amaral.** Prof. do Depto da UFRO, Pesquisador-Associado do LABOGEOH- PA, doutorando em Geografia Humana pela USP.

## IDEOLOGIA DOS CLICHÊS

**Nair Gurgel do Amaral\***

**Resumo** : Guardadas as devidas proporções, somos obrigados a concordar com Schneider, autor de *Ladrão de Palavras*, obra que trata especificamente de plágios literários, nas suas diversas nuances, sejam eles considerados clichês, frases-feitas, lugar comum ou qualquer outra denominação que se queira dar. O termo ideologia é bastante utilizado, porém seu sentido é marcado por uma carga afetiva muito grande, o que dificulta, de certa forma, a possibilidade de dar-lhe uma definição neutra. A questão, aliás, parece ser a da "polifonia" do próprio termo. Costuma-se, empregar o termo ideologia em sentidos diferentes.

**Palavras – Chave** : Ideologia, Definições, Literário e Palavras.

**Abstract** : Saved, we are obliged to agree with Schneider, author of *Thief of Words*, work that specifically addresses of literary Plagiarisms, in its various nuances, are they considered cliches, phrases, commonplace or any other denomination to. The term is widely used ideology, but its meaning is marked by an affective load very large, which complicates somewhat the possibility of giving you a neutral setting. The question, indeed, seems to be the "polyphony" from the term itself. Typically, employ the term ideology in different directions.

**KeyWords** : Ideology, definitions, literary and Words.

**"Sob um certo aspecto, a história da literatura é a história das repetições, do já-escrito".(Michel Schneider)**

Guardadas as devidas proporções, somos obrigados a concordar com Schneider, autor de *Ladrão de Palavras*, obra que trata especificamente de plágios literários, nas suas diversas nuances, sejam eles considerados clichês, frases-feitas, lugar comum ou qualquer outra denominação que se queira dar.

*A criatividade*, palavra tão polemizada nos meios lingüísticos, sofre críticas do próprio Schneider, quando afirma que "a ilusão de quem escreve não consiste em dizer a si mesmo que se é o primeiro a quem isso acontece, esse sofrimento, essa calma, esse êxtase, essa insuportável fragrância de amor, que se é o único a poder falar disso, e de se aperceber, caçador desembriagado pelo olhar pousado sobre o bicho morto, que tudo o que fez foi levantar uma lebre que muitos outros já tinham matado?"



Portanto, encontrar uma definição para a palavra *clichê* é tarefa difícil; até porque existem muitos pares "sinonímicos" para o termo. Apesar de não ter o objetivo de defini-lo ou mesmo separá-lo como uma forma discursiva específica, pretendo levantar as ocorrências, que ao longo dos tempos, acabaram por se misturar no cotidiano dos usuários, fazendo com que se transformassem em *clichês*.

O *clichê* e o *chavão* se confundem no discurso, adquirindo características de *frases feitas ou lugares comuns*. Além disso, nada garante a estabilidade dos conceitos, uma vez que os próprios dicionários os aproximam. Tudo depende do contexto em que o termo ocorre das circunstâncias da ocorrência, dos interlocutores envolvidos, da conveniência de utilizar um termo de preferência a outro e, até mesmo, de um eventual "gosto pessoal" do locutor.

Dentre os mais citados como sendo exemplos de *clichês* temos os pensamentos, as máximas, os slogans e os provérbios.

Reboul (1974:146) diz que essas formas assumem papéis diferentes nas vozes diferentes que as pronunciam. Um **pensamento**, por exemplo, pode transformar-se, conforme as circunstâncias: "a **sentença** *MENS SANA IN CORPORE SANO* torna-se **máxima** na ética de Spinoza, **divisa** no frontão de um centro esportivo, **clichê** num discurso oficial, **slogan** num cartaz reclamando créditos

para esportes".

Segundo Pécora (1986:84-5), o fantasma dos lugares-comuns é gerado a partir de uma imagem pré-fixada do interlocutor e tende a desfigurar, no texto, as marcas de seu produtor. "O ato de linguagem se anularia em função da manifestação de um código 'a priori'; o seu uso não iria além da representação de umas poucas regras e de um mesmo texto. "A sua produção não faria mais ruído do que a impressão de um *clichê*."

A partir dos textos acima, é possível concluir que o uso do lugar-comum nos textos produzidos, principalmente por pessoas em situação avaliativa é fruto de uma imagem excessivamente rígida que o produtor faz de seu interlocutor. Entretanto, a responsabilidade por essa anti-imagem não deve ser atribuída a um interlocutor particular. Prova disso é a linguagem consagrada, codificada, utilizada por muitos.

Quando o lugar-comum é muito utilizado na escrita, fica patente o fracasso histórico da mesma, uma vez que o seu uso é determinado pelas condições de produção escolares. O problema é a especificidade dessas condições de produção de um gênero especial, o "escolar". Temos aí, então, a "ideologia da reprodução", cuja conseqüência maior é o apagamento da subjetividade e, por isso, da interlocução.

O que garante, portanto, que um produtor de texto seja sujeito do que diz e que, sendo sujeito, se constitua também em autor, que é

um modo de o sujeito se manifestar, não é o que ele o diz, mas a maneira como ele diz. Ou seja, o sujeito pode ter seu texto construído sobre as bases do discurso alheio, e garantir, ainda assim, 'a autoria' do que escreveu.

O termo ideologia é bastante utilizado, porém seu sentido é marcado por uma carga afetiva muito grande, o que dificulta, de certa forma, a possibilidade de dar-lhe uma definição neutra. A questão, aliás, parece ser a da "polifonia" do próprio termo. Costuma-se, empregar o termo ideologia em sentidos diferentes. Porém, qualquer sentido que se queira dar ao termo corre o risco de ser, ele mesmo, ideológico.

Para efeito deste trabalho, é necessário assumir um ponto de vista da ideologia no seu relacionamento com a linguagem, ou seja, como é que a ideologia fala através dos discursos. Só assim poderíamos estabelecer um liame entre os termos ideologia e clichê. A partir do conhecido quadro de Roman Jakobson sobre as funções da linguagem traçará um perfil da ideologia dos clichês.

**O destinador** não é um indivíduo, mas um complexo de crenças de uma determinada coletividade. Então, quem fala, na realidade, é a vontade de poder de um grupo social, que se dissimula sob uma linguagem aparentemente objetiva e universal. A *Função Expressiva* permite a identificação do grupo.

**O destinatário** do discurso ideológico é cada membro do grupo, mas pode ser também o adversário. A *Função Incitativa* pode

concretizar-se tanto através de promessas como através de ameaças. A ideologia incita melhor na medida em que ela sabe dissimular a ordem ou a proibição. A linguagem ideológica vê um certo compromisso entre o imperativo e o indicativo no juízo de valor: indicativo na forma e imperativo no conteúdo. Porém, não é o juízo de valor que faz a ideologia, mas seu caráter maniqueísta - a oposição entre o bom e o mau, o belo e o feio, o branco e o preto é que vai designar aquilo que favorece ou ameaça a coletividade. Assim, no lugar de explicar e analisar, a ideologia julga e moraliza. A incitação deve muito da sua eficácia ao não-dito.

**O referente** mostra que, apesar de não poder ser objetiva, a ideologia não deixa de ter um objeto; ela fala de alguma coisa que a fundamenta: um Deus, um ideal, como os direitos do homem, um futuro, como a sociedade sem classes. Mas, o referente é sempre o outro, o invisível. A ideologia não ignora os fatos, mas é obrigada a esconder os que a desmentem. É uma das fontes da violência que se exerce sobre e pela linguagem. Por exemplo, a autocensura é uma realidade lingüística - há palavras-tabus, eufemismos, etc. Suprimir uma determinada palavra do discurso pode significar negar o objeto do discurso. A coerência de uma ideologia não procede das idéias que ela proclama, mas dos interesses permanentes do grupo a que ela serve.

O **código** é a própria estrutura da ideologia; cada ideologia possui seu vocabulário de palavras-choque, de clichês, de figuras, sendo o todo fundamentalmente normativo. Transgredir o código lingüístico não é um erro, mas uma falta, um crime às vezes. A *Função Metalingüística* é repressiva: condena todo ato contra o código. Porém, tal condenação tem um aspecto positivo: a inculcação do código, naquilo "que se diz" e "que não se diz".

O **contato** é fundamental para a existência da *Função Fática* que, por sua vez, é essencial à ideologia, porém, ela pode igualmente recusar o contato ou cortá-lo, como nos casos de nacionalismo lingüístico em que se pretende falar unicamente aos membros de certa comunidade, falar para não ser compreendido pelos outros. A Função Fática põe em evidência a tomada do poder pela fala. Nesse caso, a ideologia é um discurso que censura outros discursos, confisca a palavra.

A **mensagem**, por ser ideológica, não pode exprimir o que realmente é. No entanto, ela precisa seduzir, tomando-se, essencialmente retórica, transparente (leia-se monofônica?) e concisa. Uma mensagem é ideológica quando dissimula as figuras que a tomam persuasiva e quando se atribui uma transparência que não tem, quando oferecem seus clichês como certezas.

Contudo, não devemos esquecer que a ideologia não é apenas aquilo que é expresso pelo comportamento. Estudar a ideologia de um

texto é saber ler o que está no "vão do discurso", no "não dito"

Na verdade, a ideologia de um provérbio, por exemplo, pode mudar de acordo com as circunstâncias em que for utilizado, dependendo sempre de quem o utiliza, onde, e porque o utiliza.

Por exemplo: ***É melhor prevenir do que remediar*** tanto pode ser contra como a favor da violência. Se empregado para defender a pena de morte, o massacre aos menores, o ataque aos sem-terra, etc., é extremamente apelativo e violento. Se seu uso for a favor da prevenção às doenças, numa campanha de vacinação, por exemplo, representa cautela e prudência.

Os provérbios são ingenuamente considerados "sabedoria popular". Dizer isso é não dar-se conta da contradição existente entre eles e não perceber que talvez a melhor classificação que poderíamos fazer dos provérbios seria separá-los com base no fato de que entre muitos deles há uma relação de contradição. Sua existência mostra uma sociedade heterogênea, o que acaba produzindo um sujeito dividido (o mesmo sujeito pode se dividir entre duas ideologias, dependendo das circunstâncias).

***Deus ajuda quem cedo madruga*** - veicula a ideologia do trabalho e a conseqüente ascensão social; é um estímulo ao trabalho;

***Quem nasceu pra tostão não chega a cruzeiro*** - veicula uma ideologia mais

determinista, que imobiliza, diz que não adianta trabalhar, o destino já está traçado, portanto propaga o conformismo.

Continuemos observando, nos exemplos abaixo, como os provérbios ou frases feitas se contradizem, ou seja, se adequara a diferentes situações:

**Dar a mão à palmatória X Não dar o braço a torcer**  
**A união faz a força X Cada um por si e Deus por todos**  
**Devagar se vai ao longe X Boi lerdo só bebe água suja**

Percebemos, desta forma, que a ideologia dos clichês é de natureza variada, porém eles sempre têm o objetivo de veicular o que, para um certo lugar ideológico, é uma verdade. Assim, entende-se que os clichês sejam de natureza contraditória, já que sua verdade é de circunstância (de classe, de ideologia): alguns clichês pregam a prudência, outros instigam ao risco; uns pregam o egoísmo, outros exaltam a caridade; alguns defendem a resignação, outros, a audácia diante dos fatos. Porém, o uso geral desse tipo de clichê é específico, tem endereço certo: são denunciadores, consoladores, esperançosos, defensivos, restritivos, avisadores, edificantes, estimulantes, tranqüilizantes. Sua motivação maior pode ser a injustiça, a desigualdade, a paciência, a resignação, o fatalismo, a preguiça, a imprudência, a bondade, etc. A relação entre clichês e polifonia discursiva

pode ser evidenciada de duas maneiras. De um lado, pelo fato de que há clichês para todos os discursos. De outro, pelo fato de que tais clichês podem ser objeto de um jogo, como acontece com a inversão de provérbios. Ao inverter o provérbio, o autor mostra não necessariamente uma individualidade, como se poderia pensar, mas produz um jogo interdiscursivo, opõe uma ideologia a outra. É o que faz Chico Buarque na música *Bom Conselho*.

O que estou querendo mostrar é que os sujeitos são divididos, heterogêneos e que a ideologia não os toma, necessariamente, lineares e previsíveis.

O que faz com que o sujeito seja diferente na igualdade pode ser visto a partir da idéia de Michel de Certeau, segundo a qual os sujeitos não são meros consumidores, mas usuários que sabem, na rotina do cotidiano, personalizar o que usam e o que fazem.

## BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer - palavras e ação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.  
AUTHIER-REVUZ, J. "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". in: *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19, Campinas-SP, UNICAMP-IEL, 1984.

BAKHTIN, M. (Volochinov) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_"Os gêneros do discurso". in: **Estética da criação verbal**, Tradução de Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP, Pontes, 1987

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986 (trad. de *Arquéologie do savoir*).

\_\_\_\_\_**A ordem do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Ijuí, FIDENE, 1973.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, Ruqaiya **Cohesion in English**. London, Longman, 1976.

JOLLES, André **Formas simples**. São Paulo, Cultrix, 1930.

PÉCORA, Alcir. **Problemas de Redação**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

REBOUL, Oliver **O Slogan**. São Paulo, Cultrix, 1975.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de palavras**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.

**\*Nair Gurgel do Amaral**. Mestra em Linguística pela UNICAMP, Professora do Departamento de Letras da UFRO.

**UMA CANADENSE APAIXONADA PELO  
BRASIL: UMA LEITURA DE *THE  
BRAZILIAN JOURNAL* DE P. K. PAGE**

Miguel Nenevé \*

**Resumo :** Diferente dos livros de literatura de viagem que apresentam o país estrangeiro com olhos imperiais minimizando a terra e o povo que vive ali, *Brazilian Journal* convida o leitor a ler o Brasil através de um olhar curioso e poético. Cada momento oferece uma nova descoberta, uma nova visão de beleza. Embora o livro seja em forma de diário, a autora não fala muito dela mesma, mas do Brasil cheio de alegria e beleza visto com olhos poéticos.

**Palavras – Chave :** Beleza, Descoberta, Diário e Poético.

**Abstract :** Unlike travel literature books that present the foreign country with eyes Imperial minimizing Earth and the people who lives there, *Brazilian Journal* invites the reader to read the Brazil through a curious look and poetic. Every moment offers a new discovery, a new vision of beauty. Although the book is shaped like a diary, the author doesn't speak much herself, but do Brasil full of joy and poetic beauty seen with eyes.

**KeyWords:** Daily Beauty, Discovery, and Poetic.

Em 1957 a canadense Patrícia Kathleen Page veio ao Brasil para acompanhar o marido Atrhur Irwin que fora nomeado embaixador do Canadá. P.K. Page já era reconhecida como poeta no Canadá, tendo inclusive recebido prêmio pelo livro *The Metal and the Flower*. Chegando ao Rio de Janeiro a então capital brasileira, Page iria se encantar com o Brasil. Ali era pararia de escrever poesia para retornar somente dez anos depois. Mas no Brasil ela começaria a pintar. No Brasil também ela escreveu um diário que serviu de base para o livro *Brazilian Journal*. Embora classificado

como literatura de viagem, a obra contém muita linguagem poética e agradável. Neste artigo pretendo explorar *Brazilian Journal* como uma declaração de amor ao Brasil.

Diferente dos livros de literatura de viagem que apresentam o país estrangeiro com olhos imperiais minimizando a terra e o povo que vive ali, *Brazilian Journal* convida o leitor a ler o Brasil através de um olhar curioso e poético. Cada momento oferece uma nova descoberta, uma nova visão de beleza. Embora o livro seja em forma de diário, a autora não fala muito dela mesma, mas do

Brasil cheio de alegria e beleza visto com olhos poéticos. Quando fala de nossa beleza natural, por exemplo, ao descrever a praia de Ipanema: "The beach was beautiful --- Slightly hazy. Black, Brown, White Brazilians in *futebol* sweaters, kicking the bal about in the thick, soft, sand;" (A praia está linda --- levemente brumosa. Pretos, mulatos e brancos brasileiros em camisa de futebol chutando a bola na areia grossa e macia.) Percebe-se então que a prosa de Page carrega a sensibilidade poética revelada em muitas ocasiões. Falando de Florianópolis, a autora diz: "A lovely drive. Ali along the beautiful coast tumbling, tangling vegetation, sweeping beaches, little island and great smooth round stones in the sea..." (Uma viagem maravilhosa. Sempre ao longo do lindo litoral --- vegetação emaranhada e revolta, praias se arrastando, pequenas ilhas e grandes pedras lisas e redondas no mar). Como na sua poesia, no *Journal*, os passarinhos também aparecem freqüentemente "pulando de alegria". As palmeiras do Brasil por sua vez, muito "esbeltas e elegantes".

A observação da beleza natural, no entanto, não faz com que a escritora deixe de perceber o povo que ali habita sua cultura e seu viver. Ela revela ter uma mente aberta e sem preconceito para admirar o jeito de ser dos brasileiros. O seu reconhecimento de sua condição de "outsider" é importante para que

ela nunca faça generalizações e julgamentos que possam diminuir o valor do povo que aqui vive. "Portanto, mesmo revelando-se um pouco colonialista ao apresentar o Brasil como 'um paraíso tropical', a autora está longe de julgar o país com olhos "superiores" como era muito comum a escritores de viagem nessa época.

Page revela uma grande disposição para aprender sempre mais, ouvindo o povo, participando de tudo o que pode para poder imergir-se na cultura brasileira. Assim, o povo brasileiro desempenha importante papel em seu livro. Logicamente que sendo uma mulher de embaixador, o primeiro contato que autora tem com o povo brasileiro ficam restritos aos seus empregados e autoridades políticas. Seu interesse em conhecer o país, no entanto, faz com que ela visite museus e igrejas cheios de arte onde ela aprende um pouco da história e cultura brasileira. Ela fica conhecendo famosos artistas já falecidos e vivos. Não pode esconder, por exemplo, sua admiração por Portinari que ela "cumprimenta com um tipo de olho especial" . A autora também ouve música brasileira, vê nossos filmes e comenta sobre eles, vai a estádio de futebol para se entusiasmar com todo o movimento que permeia uma partida de futebol. Ao lermos o seu livro podemos perceber que sempre que possível ela estava conversando com as pessoas e aprendendo sobre o Brasil. O seu interesse em aprender o nosso idioma logo no início revela sua

vontade de imergir-se melhor em nossa cultura. Diferentemente de outros estrangeiros vivendo no Brasil naquela época, ela logo começa a usar o português em todas as ocasiões. Na realidade ela critica estrangeiros que passam anos aqui sem interesse em aprender nossa língua e nossa cultura.

Page critica, por exemplo, os americanos que vêm ao Brasil só pelo trabalho e lucro, mas que depois de muitos anos não têm aprendido nada sobre o Brasil: "Next Day another session of the North American community. Very, very tiresome. It's as if they have no eyes. For them Brasil is nothing but a series of smells - all unpleasant!"(No próximo dia outra sessão com a comunidade norte-americana. Muito, muito cansativa. Parece que eles não têm olhos. Para eles o Brasil não é nada mais que um cheiro desagradável!). O leitor pode sentir que às vezes a autora trata o Brasil como se fosse seu próprio país sentindo-se ofendida com aqueles que o olham como se fosse uma terra de povo inferior. Em outra ocasião, por exemplo, ela critica o espírito colonizador de um empresário britânico no Rio Grande do Sul: "Our British hosts were astonishing by everything. They had lived there twenty three years as if on the point of returning "home" and so had taken little interest in the local people or sights. The manager's wife, in fact spoke hardly a word of Portuguese..."(Nossos hóspedes britânicos

estavam assustados com tudo. Eles tinham vivido ali vinte e três anos já quase retornando para "casa" e tinham tido pouco interesse no povo e na paisagem local. A esposa do gerente falava malmente algumas palavras em Português). Depois de ouvir dos britânicos que no Brasil não há nem crânio nem energia suficiente para dirigir uma empresa, a autora reafirma sua repulsa contra a atitude colonial dos britânicos em relação aos brasileiros: "É estranho que uma grande percentagem de britânicos tenha esta atitude em relação ao Brasil". Ela lembra depois que esta atitude não é encontrada somente entre britânicos, mas também entre canadenses. Ela diz que no escritório canadense havia um estenógrafo que desprezava os brasileiros "que nem eram brancos". Quando a autora teve que fazer uma cirurgia, a estenógrafa diz: "Estou surpresa que você não fará a operação em casa. Deve ser horrível pensar que tem que ir a um hospital brasileiro." Depois de relatar isso, a autora faz a sua conclusão: "O preconceito não morre com facilidade".

*Brazilian Journal* fornece ao leitor uma série de comentários que mostram como o autor se opõe à visão que considera um povo como inferior ao outro. Seu livro revela que há muitos estrangeiros que detestam o Brasil, mas vivem aqui por que aqui está seu "Bread and butter" ou por que aqui há lucro melhor do que "em casa". Muitas dessas pessoas com mente



colonizadora não seriam nada "em casa", mas aqui num país economicamente inferior, julgam-se superiores aos brasileiros. Até a atitude do ministro canadense para Assuntos Externos é criticada. Sobre ele, em visita ao Brasil, Page diz: "Eu suspeito que ele se deu melhor aqui do que em seu país onde a gabolice conta menos". A mulher do ministro por sua vez não demonstrou nenhum interesse pelo Brasil e provavelmente "não pode aprender nada sobre o Brasil".

Este amor de Page pelo Brasil, no entanto não é ingênuo. A autora observa o país com mente aberta, sem preconceito, mas o critica também quando acha necessário. Por exemplo, ela denuncia o fato de nunca ter visto um negro em festa social. A má distribuição de renda também não lhe agrada. Infelizmente, diz ela, o Brasil tão alegre forma "um mundo onde os ricos são muito ricos e os pobres muito pobres". Esta crítica não significa que ela se julga na posição de julgar o país ou tratar como inferior ao Canadá. Pelo contrário, quando fala do povo Brasileiro ela confessa que ele é mais alegre e mais festivo e mais livre que o canadense.

Amando a cultura do país, admirando o seu povo, reverenciando a sua natureza Page iria viver sempre mais a sua brasilianidade. Quando ele recebe a notícia que terá que deixar o país em 1959 por causa

da transferência de seu marido para outro posto diplomático, ela proclama que não tem "nenhuma vontade de sair". Mais tarde ela diria: "porque nós somos brasileiros".

Pode-se dizer, então, que *Brazilian Journal* é uma obra importante da literatura canadense sobre o Brasil no tempo de Juscelino Kubitscheck. Todo o brasileiro que estuda literatura canadense ou brasileira como também história e cultura brasileiras, deve conhecer esta obra. É aqui que Page teve a experiência de liberdade e a "visão de beleza" como ela diz. Ela deixou o Brasil em 1959, mas o Brasil não deixou jamais a sua mente. Em sua poesia e prosa posterior o Brasil estará sempre presente. Escrevendo para mim em maio de 1997 a autora diz: "Indeed, my *Brazilian Journal* was a declaration of Love. I was very happy in your country and filled to the brim with the beauty" (De fato minha obra *Brazilian Journal* foi uma declaração de amor. Eu fui muito feliz em, seu país. Eu fui completamente inundada pela beleza).

**\*Miguel Nenevé.** Professor  
Doutor do Departamento de  
Letras da UFRO.

## REFLEXÕES SOBRE O URBANO

**Carlos Santos\***

**Resumo** : O que pretendo escrever é basicamente um depoimento. É o que percebo, vivencio e cotidiano no meu dia-dia. O que é urbano? Talvez uma trama intrincada de atividades. Tais atividades, ao que tudo indica, não teriam, a princípio, nada a ver com o que seja campo ou rural. Melhor dizendo, urbano por oposição ao rural. Urbano por quê? Ou por que rural? Não gostaria de citar ninguém. Quero caminhar no intuitivo, ou seja, já li teorias sobre o que seja urbano ou o que é definido como rural, de modo que o que deponho tem ranços acadêmicos ou formalistas. Declaro que o urbano é um modo de vida monetário.

**Palavras – Chave** : Atividades, Cotidiano, Caminhar, campo, Rural e Urbano.

**Abstract** : What I write is basically a testimonial. Is what I understand, now experience and daily life in my day-day what is urban? Maybe an intricate plot of activities. Such activities, that would not, in principle, nothing to do with what is rural or field. Rather, as opposed to rural urban. Urban why? Or why rural? I do not want to quote anyone. I walk in intuitive, i.e. already li theories about what is or what is defined as rural, so that what has academic or formalistic . I declare that the urban is a way of life.

**KeyWords** : Activities, daily life, walking, field, Rural and urban.

O que pretendo escrever é basicamente um depoimento. É o que percebo, vivencio e cotidiano no meu dia-dia. O que é urbano? Talvez uma trama intrincada de atividades. Tais atividades, ao que tudo indica, não teriam, a princípio, nada a ver com o que seja campo ou rural. Melhor dizendo, urbano por oposição ao rural. Urbano por quê? Ou por que rural? Não gostaria de citar ninguém. Quero caminhar no intuitivo, ou seja, já li teorias sobre o que seja urbano ou o que é definido como rural, de modo que o que deponho tem ranços acadêmicos ou formalistas. Declaro que o

urbano é um modo de vida monetário. É verdade que no campo as relações podem ser monetárias, porém, salvo a ocorrência de hortas ou similares no meio urbano, ganhar a vida no urbano significa "batalhar grana" para qualquer gesto de sobrevivência. E aí vale tudo. E isso é precisamente o urbano. Ao romper a solução de viver através da estreita ligação com a terra, o urbano institui outra forma de subsistência, qual seja o que poderíamos chamar de instrumentalização de si mesmo. Bom, de que urbano estamos falando? Obviamente, estou imerso numa

metrópole, numa cidade grande de um País Subdesenvolvido, cuja economia é de cunho capitalista. Ora, trata-se do Rio de Janeiro, o lugar por excelência do "pa-tro-pi"-; e o que é o Rio de Janeiro? Há Zona Sul e há Zona Norte, há o Centro e há também a Zona Oeste; há um Rio múltiplo marcado pelas nuances sociais e pela história. Mas há, sobretudo, um Rio que é cidade, quer dizer, que está organizado de acordo com os parâmetros que balizam o que possa ser chamado de urbano; melhor dizendo, diferentes matizes de funções: comércio, indústria, habitação e cultura. Sendo que cada função desta aflora no espaço carioca de um modo segregado. E este é o termo chave que define a morfologia citadina: segregação espacial de funções e atividades.

**CADA COISA NO SEU CANTO:** Por uma forma "natural" tudo tende a ter o seu lugar. A cidade não escapa dessa praxe. Dentro dela as coisas se arrumam de acordo com as funções a serem desempenhadas. Assim, formas variadas de funções caracterizam aspectos de objetos ou construções que, no arranjo que tomam, estruturam a face da cidade. Evidentemente que tanto quanto, por exemplo, uma face humana, que tem como ingredientes comuns boca, nariz, olhos, ouvidos, a cara da cidade (sem que eu queira ser funcionalista) também tem elementos similares. Afora a presença de um centro e de uma periferia, a cidade expõe áreas marcadas por usos determinantes:

bairros de várias classes sociais, áreas industriais, quarteirões de atividades comerciais, terminais de transporte, hospitais e escolas e prédios que abrigam o poder: político, econômico e religioso. Tal variada gama de funções forma um complexo de atividade que define a cidade. A organização da multiplicidade das coisas que se faz na cidade tende a se aglomerar, a se juntar. Essa condensação de atividades semelhantes se expressa em determinados locais da cidade, o que à semelhança da face, mostra a cidade. A cidade é, basicamente, o que se faz nela. E o que se faz nela? Mora-se. Quer dizer, a cidade é antes de tudo morada, e porque é moradia ela é meio de vida. Há por isso na cidade mil e uma formas de "se virar": tanto lícita, quase lícita ou ilicitamente. Como já disse, na cidade qualquer gesto de sobrevivência é desembolso, custa dinheiro. Então como conseguí-lo? Eis a cidade. Ou seja, a cidade capitalista. A cidade cuja vida é regulada pelo mercado. E aí usar a cidade significa pagar algo pela migalha do seu espaço. E o que é o espaço da cidade? Um terrível jogo de forças regido fundamentalmente pelo interesse monetário. É o dinheiro que comanda a cidade. E simplesmente porque a cidade capitalista é intrinsecamente mercadoria.

**COMPRAR A CIDADE?:** Dispondo apenas de si enquanto força de trabalho, o cidadão, de acordo com a cotação que usufrui no mercado, tem a sua localização sócio-

espacial determinada no urbano. Tal cotação é o seu passaporte de ingresso e permanência na cidade. A cidade, portanto, se afigura como um cadinho de relações cultural-sócio-econômicas regidas pelo signo mercantil. Por outra, o valor em questão não é o humano, mas sim a capacidade de ser mercadoria. Pelo simples fato de ser pessoa, não garante no Rio de Janeiro, pelo menos, a ninguém o direito de sobreviver. É preciso ser mercadoria. E só dessa forma é possível o reconhecimento entre habitante e cidade. Pois morar na cidade e ser cidade só é viável em se tornando mercadoria. A cidade é comprada em níveis de possibilidade pela moeda da força de trabalho cujo câmbio é regulado pela cotação que a qualidade de tal força de trabalho obtém no mercado. Portanto, a cidade é capital. E a lógica que direciona o capital é a busca do lucro de qualquer forma. É preciso que tudo desemboque no dinheiro. Dessa forma, mil artimanhas estão e são articuladas para fazer dinheiro. A força da "grana" é o mecanismo básico que comanda a vida da cidade.

**O LUGAR DO URBANO:** O lugar do urbano se define pelo urbano do lugar, isto é, pela eleição de um lócus de comando e de decisão da instrumentalização de recursos materiais e humanos. Embora, inegavelmente, haja subjacente a esse processo a orientação monetária, outra moeda também circula e influencia o sistema: o prestígio. Este valor nos remete para outra dimensão da cidade: a

esfera política. Enquanto que o econômico amarra a cidade, como se ela fosse uma imensa teia, em nós constituídos por miríades de atividades, dando-lhe estrutura e forma; o político ao administrar e gerir a cidade pode interferir na sua forma e estrutura. O que quero dizer é que a esfera política abre a possibilidade da humanização da cidade. Porque é possível ver-se a cidade pela ótica da dialética político-econômica. Porquanto capitalista, a cidade vive estruturalmente uma tensão que é, em última análise, política: quem usufrui do poder? Quem domina e quem é dominado? Embora mercadoria, a cidade é o lócus, por excelência, da cultura. O que significa a possibilidade da aprendizagem de sua decodificação. Sendo a cidade reescrita na linguagem do capital ela tornou-se cifrada, codificada. Ora, isso é imperativo para que o véu que esconde a sua lógica não seja rasgado e o seu fetiche mercantil não seja desmistificado. Pois, antes de tudo, a cidade é do burguês. Ora, por permitir que todas as idiosincrasias se expressem para que possam ser filtradas e cooptadas pelo consumo urbano toma-se, por outro lado, berço e receptor de inovações. Por isso mesmo a cidade é um cadinho de gestação de mudanças. Nesse sentido as massas dominadas têm a possibilidade, via a conscientização política de sua situação, decodificar e reestruturar a cidade. A cidade gesta, portanto, da mesma forma que os burgos medievais, uma nova versão de espaço urbano: o lócus do povo.

**ÚLTIMAS COLOCAÇÕES:** Este depoimento é minha leitura urbana pelas lentes da geografia e quica da filosofia. Entendo a cidade, como expus, como um ponto de encontro de forças sociais que, ao sabor do poder de suas correlações, traçam resultantes históricas que indicam novos horizontes para a humanidade. Vejo a estruturação da cidade como uma preparação do inusitado histórico. É uma massa crítica que paulatinamente ensaia detonar o novo. Portanto, a cidade é o útero da mudança. E em se tratando de nós, da realidade brasileira, o urbano avulta-se como o lugar de fato do repensar do País. Se um novo modelo sócio-espacial para o Brasil é urgente, é no urbano que ele será ou já está sendo elaborado. O crucial dessa questão é que o lugar de algo tem precedência, ou seja, para uma nova sociedade é mister uma nova organização espacial. Quer dizer, é necessário reorganizar espacialmente, primeiro, o país para que efetivamente se tome claro que há lugar para todos. Dessa forma fica evidente o papel do geógrafo dentro da realidade brasileira: propor um novo modelo de organização espacial, onde, certamente, a questão urbana é o centro de gravidade da resolução.

**\*Carlos Santos.** Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela UFRJ, Professor do Departamento de Geografia da UFRO.

#### **INDICAÇÕES PARA LEITURA**

- HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, Hucitec, 1980.
- CORREA, Roberto L. O Espaço Urbano. São Paulo, Ática, 1989.
- CASTELL, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

## **COLONIZAÇÃO E NATUREZA: o trabalho do homem e o trabalho da**

## mulher

**Arneide Bandeira Cemin\***

**Resumo** : Nossa hipótese de pesquisa pressupunha que as condições ecológicas de Rondônia modificariam a divisão do trabalho familiar, reduzindo particularmente a participação da mulher nas tarefas agrícolas da produção mercantil. Registramos, entretanto, que o fator ecológico intervém apenas no momento inicial, na derrubada e preparo do terreno para o plantio. Deste modo, nos propomos demonstrar que o fator preponderante da redução do trabalho feminino na atividade agrícola - segundo nossos dados - é a transformação tecnológica, apreendida do ponto de vista social e não técnico, uma vez que o modelo de trabalho.

**Palavras – Chave** : Mulher, Pesquisa, Produção Mercantil, Trabalho Familiar e Trabalho Feminino.

**Abstract** : Our hypothesis research thinks the ecological conditions of Rondônia would change the Division of family work, reducing particularly the participation of women in agricultural tasks of market output. We note, however, that the ecological factor intervenes only in the overthrow and staging ground for planting. Thus, we demonstrate that the predominant factor in the reduction of female labour in agricultural activity-according to our data-processing technology, seized from a social point of view and non-technical, since the job template.

**KeyWords**: Woman, Research, market output, Family Work and female labour.

Nossa hipótese de pesquisa familiar, reduzindo particularmente a participação da mulher nas tarefas agrícolas da produção mercantil. Registramos, pressupunha que as condições ecológicas de Rondônia modificariam a divisão do trabalho

entretanto, que o fator ecológico intervém apenas no momento inicial, na derrubada e preparo do terreno para o plantio. Deste modo, nos propomos demonstrar que o fator preponderante da redução do trabalho feminino na atividade agrícola - segundo nossos dados - é a transformação tecnológica, apreendida do ponto de vista social e não técnico, uma vez que o modelo de trabalho parece pautar-se naquilo que Balandier (1976) chamou de "estrutura intangível", fundamentada na tradução dos dados de natureza em fatos de cultura.

Heredia (1979) e Garcia (1983) ressaltaram a relação de oposição entre a casa e o roçado, em contraposição à idéia de concebê-los enquanto unidade de produção e consumo visto como fato único. Segundo estes autores, a análise de tal oposição, longe de negar a especificidade da economia camponesa, contribuem para o aprofundamento de sua compreensão.

Em concordância com a última assertiva dos autores citados, acrescentaríamos no que se refere a primeira proposição dos mesmos, que a relação não é apenas de oposição, mas é também relação ambígua, de oposição complementar. Deste modo, a oposição casa-roçado é representada ao mesmo tempo enquanto par oposto e complementar.

Oposto, na medida em que a casa consome os produtos do roçado "in natura" ou mediados por processos mercantis.

Complementar, porque a casa é vista como espaço necessário e fundamental. É a casa que dá sentido à existência do roçado e nesse contexto, a casa é a própria representação da família. Sua relação com o roçado, portanto, não é só de oposição, mas também de complementaridade. A relação neste caso não seria nem de superioridade nem de inferioridade, mas simétrica, conforme nos esclarece um colono:

**O roçado produz e a roça consome, mas se não tem família não precisa de roça, os dois são importante igual...**

Temos ainda, com relação ao trabalho de Heredia, a visão diferenciada no que diz respeito à posição do homem enquanto significativo da família e, conseqüentemente, da casa. Segundo a autora:

**A casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, o pai da família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se dessa forma o esquema de autoridade doméstica (HEREDIA,1979:79).**

Diferentemente da autora, os nossos dados indicam que embora o homem seja a autoridade máxima, definindo inclusive o funcionamento das tarefas domésticas, é a mulher quem personifica a casa e, conseqüentemente, a família.

Temos então, uma representação social dupla, decorrente do esquema ao

mesmo tempo oposto e complementar já citado: de um lado, é o homem o responsável direto pelo abastecimento da casa, o elo social de ligação entre a família e o mundo exterior à casa. De outro lado, o homem sem a mulher, homem solteiro, mesmo sendo proprietário de lote e habitando uma casa exatamente igual a todas as outras, é socialmente desvalorizado. Neste sentido, o que atribui valor social ao homem é a mulher. É a união, social e biologicamente fecunda, entre o homem e a mulher que contribui como elemento para a constituição social do indivíduo, instaurando nele uma espécie de obra "civilizadora", ou melhor, socializadora:

**"O casado tem mais valor, o solteiro não tem definição de nada. Pega dinheiro gasta tudo e depois vem batendo com a mão na bunda. O casado tem mais responsabilidade. Antes de eu adquirir esse lote aqui, eu era peão. Quer dizer... não era porque eu tinha família...  
-Mas o senhor não tinha terra...  
-É, eu não tinha terra mas eu tinha família... Quer dizer, eu era peão de trecho...  
-E quem não tem terra?  
-Aí é bóia-fria, é família que não tem lugar pra morá, pé-de-ferro. "Peão é pessoa que não tem família..."**

Embora não havendo precisão classificatória quanto à categoria peão, interessa-nos reter que há disposição social para a distinção valorativa entre os casados e os solteiros, sendo abundantes as referências e contextos em que os colonos acentuam a desvalorização social dos últimos. Por outro lado, a produção teórica sobre o campesinato ressalta o importante papel

que o casamento representa no contexto agrário, constituindo-se numa espécie de marco social ou rito de passagem para uma fase adulta e independente da autoridade paterna. Assinalando, em nosso entender, o reconhecimento social do ser socialmente "total". Não mais parte do todo, indicado pela posição de filho na casa paterna, mas através da união com o elemento feminino, institui-se a relação capaz de "totalizá-lo" enquanto ser social, e ainda de engendrar, reproduzir e recriar a relação primordial, ou seja, a condição necessária para o surgimento da nova família e, por extensão, da nova unidade de produção familiar.

Se, de acordo com o que postulamos, trata-se da relação de oposição-complementar, segue-se que deparamo-nos com uma relação ambígua, tensa, onde as representações podem apontar ora para os aspectos de complementaridade, ora para os aspectos de oposição; por não estarem organizadas em narrativa sequencial, encontrando-se na verdade dispersas, fragmentadas ou em paradoxos, só um esforço de compreensão pode resultar no processo de reelaboração de sua totalidade.

Os processos desencadeados pela divisão do trabalho talvez sejam os portadores de um maior número de elementos reveladores da tensão entre oposição e complementaridade. Heredia assinala que:

**"A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e do não trabalho,**



**assinalando os lugares femininos e masculinos a essa divisão" (HEREDIA, 1979:79).**

Os dados de Cemin (1992) realmente constata esse tipo de formulação nas representações dos colonos, conforme podemos ver explicitamente através da fala daquele que nos hospedou na linha 643, quando classifica as categorias "trabalho" e "serviço":

**"Fazer uma coisa é trabalho, cuidar é serviço. Por exemplo, o café secando no terreiro já deu trabalho (durante todo o seu ciclo produtivo no roçado), mas agora já tá secando (no terreiro) é serviço. Limpar a casa, fazer comida, lavar roupa, varrer um terreiro... é serviço..."**

Assim, o esforço do homem aplicado à terra é considerado "trabalho"; a mesma atividade, no mesmo espaço, quando executada pela mulher, é considerada "ajuda". Mesmo o esforço feminino aplicado aos espaços considerados de esfera feminina - a casa, o terreiro - não é considerado "trabalho", sendo designado pela categoria "serviço". Não é, portanto, o ato, ou espaço em si, que são considerados mas, o significado social de que são revestidos. Consequentemente, não são dados de natureza tais como o dispêndio de energia humana aplicado ao objeto também natural - a terra -, ou ao espaço já elaborado pelo trabalho - o roçado. Trata-se de dados de natureza traduzidos em fatos de cultura, o que nos instiga a indagar sobre o ordenamento

social que os institui.

Uma chave importante para a compreensão da dialética entre oposição e complementaridade na relação homem/mulher, encontra-se na citação anterior, onde o colono diz que "fazer uma coisa é trabalho, cuidar é serviço". Ora, quem faz a casa, o terreiro, o roçado, e os filhos são os homens; é ele (o homem) quem desencadeia, no universo social camponês, o processo criativo, gerador. Em todas essas atividades a mulher entra com a parte complementar, de preservação e cuidados.

O homem constrói a casa, ela a embeleza, perpassa-a de cuidados cotidianos. O homem derruba a mata original e limpa o terreno onde se implanta a casa e o terreiro. A mulher cuida da manutenção, carpindo-o e varrendo-o quase que diariamente, ornamentando-o com flores e semeando-o de plantas medicinais. Cabe ao homem todas as tarefas de preparo da terra para a implantação do roçado, considerando-se como tarefa feminina o plantio, particularmente pelo processo de semeadura e colheita atividades, portanto, complementares. Por fim, é o homem quem deposita no interior da mulher (outra metade) a semente que dará origem a um novo ser, cabendo a mulher cuidados necessários ao bom termo do processo.

Deste modo, o natural informa e organiza o social, conferindo-lhe inteligibilidade e ordem. "Fazer" uma coisa é trabalho, atributo masculino. "Cuidar" de uma

coisa é serviço, atributo feminino. Muito nos intrigou o fato de vermos os atos de pensamento e de lazer serem incluídos na categoria "serviço". Tal fato desmorona qualquer visão parcial que considerasse a relação homem/mulher, e conseqüentemente "trabalho" e "serviço" como de mera oposição e sustentáculo para a reprodução do esquema de autoridade masculina. Vejamos, então, nas palavras do colono que nos hospedou na linha 643, a riqueza e sutileza que pautam o pensamento camponês:

**"O trabalho é o principal, o serviço é pensamento, o serviço faz uma partizinha do pensamento da pessoa. Fazê uma viagem, cortá cana, fazer cerca... Tudo é trabalho. Domingo, dia de encontro das pessoas, uns usa pra ir à igreja, outros pra ir na casa de uni, não pode ir na casa de todo mundo, lá se encontra, tudo faz parte de um trabalho, porque ele pensou é serviço, fez é obrigação. Jogar bola faz parte do serviço porque pensou, mas é uma obrigação. Diversão é trabalho e serviço. Descanso é ficar sem fazer nada, deitar, sentar... trabalho é obrigação, pensou é serviço, realizou é trabalho. São três coisa diferente que forma uma coisa só..."**

Ora, segundo nosso entender, as categorias "trabalho" e "serviço" são designadores de diferenças que se pretende explicitar; mas, não comportam apenas a "oposição", trazendo em si a marca da tensão entre a oposição e a complementaridade. Isto porque a categoria "serviço", além de traduzir a diferença entre a atividade feminina e a atividade masculina, designada pela categoria "trabalho", enquanto dispositivo classificatório, inter-

relaciona também, duas categorias de atividades: uma categoria de atividade considerada "leve", o serviço; outra considerada "pesada", o trabalho.

Atribui-se socialmente à mulher, tarefas consideradas "leves" e compatíveis com sua condição física. Tal atribuição tem como ponto de partida a função biológica de portadora das condições de "germinação e crescimento das sementes de uma nova vida", (função esta que a impede, por exemplo, de assumir integralmente todas as etapas do trabalho agrícola). Mas, por tratar-se de uma designação construída socialmente, o "leve" passa a ser tudo aquilo que a resultante da tensão entre oposição e complementaridade conseguir designar por "serviço".

Deste modo, não é apenas a comparação objetiva entre o dispêndio de energia física empregada para a consecução de determinada tarefa que determina o caráter "leve" ou "pesado", visto sob uma ótica de inerência ao dado da realidade; mas, ao contrário, o elemento de determinação é dado pela resultante relacional da oposição e da complementaridade, onde cada um opõe-se ao outro, esperando obter maior espaço para preservação e realização social de si mesmo, buscando na oposição a complementação necessária de si mesmo e dos processos de criação e reprodução da unidade familiar de produção.

A resultante relacional da oposição e da complementaridade ressalta um dado que nos

parece importante, e que não foi apreendido pela análise de Heredia (1979): o contra-discurso feminino. Ou seja, se há um discurso masculino que "nega" à mulher o reconhecimento de seu trabalho, tomando-a semelhante a um ser socialmente dependente e incompleto; o contra-discurso feminino procura garantir a especificidade do ser feminino, visando proteger-se da dupla jornada do trabalho - casa/roçado. Deste modo, nossa anfitriã da linha 643, logo na primeira visita nos inquiriu:

**"A senhora me fez muitas perguntas e eu quero fazer também. A senhora acha que serviço de mulher não tem valor? Meu marido não dá valor. Só pra trabalho na roça. Mas eu acho que a mulher trabalha mais, porque trabalha em casa e na roça..."**

Conclui recorrendo à autoridade paterna e às condições tomadas claras antes do casamento:

**"Meu pai não me criou trabalhando na roça (seu pai era agricultor) e quando casei avisei pra ele (marido) que não sou mulher de pegá na foice, na enxada... que isso não é serviço pra mulher."**

Outra informante relata:

**"A mulher sofre demais com as consequências da vida, quer comprar alguma coisa para os filhos, mas não pode, isso tudo é sofrimento. O serviço de roça é muito pesado, não é serviço de mulher. A gente trabalha (na roça) pra ajudá o marido em algum ponto, mas não é fácil..."**

Deste modo, a tensão estrutural oposição-complementaridade, que perpassa a relação masculino/feminino, sustenta-se na

ambiguidade e no confronto explícito ou implícito para determinar o limite entre o "trabalho" e o "serviço". Portanto, enquanto o discurso masculino nega o dispêndio de energia feminina, não aplicando às atividades no roçado o estatuto de "trabalho", a mulher em contrapartida aciona o dispositivo da especificidade feminina visando diminuir a extração de sobre trabalho. Assim, o discurso masculino, ao negar existência ao trabalho feminino, não o faz apenas para reproduzir o esquema de autoridade masculina, já assinalado por Heredia (1979), mas também por considerá-lo insuficiente.

Isto parece ficar muito claro quando nos deparamos com a introdução de novas tecnologias, mesmo que muito simples, como é o caso da plantadeira manual. As mulheres foram quase unânimes em afirmar que deixaram de participar do processo de plantio - trabalho reconhecidamente feminino, conforme os estudos de Heredia (op. Cit.) e Garcia (1983), a partir da aquisição da plantadeira manual.

Este dado nos remete a pelo menos dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito aos processos gerais de socialização da mulher que reproduzem continuamente a interiorização do sentimento de incapacidade para atividades ditas complexas. O segundo aspecto parece indicar o uso que a mulher faz dessa condição de "ser - inepto", visando preservar-se da dupla jornada de trabalho.

O caso da plantadeira manual nos

parece exemplar. As mulheres recusam-se a utilizá-la e justificam: "é porque eu não entendo o jeito de batê-la". Entretanto, o uso da plantadeira exige uma simples coordenação de pernas e braços - a cada passo fechar e abrir o instrumento - e não exige sequer esforço físico adicional, visto tratar-se de instrumento leve.

Quando manifestamos o desejo de ver uma plantadeira em funcionamento e a experimentamos pessoalmente, o marido logo disse à mulher: "olha como ela usa a plantadeira, sem nunca ter visto uma...". A insistência com que ele repetia a frase explicitava o desejo de que a mulher fizesse uso da plantadeira, visto que é possível triplicar a área de plantio, utilizando-a. Por outro lado, a pouca convicção com que a mulher argumentava não saber utilizá-la, deixava claro a falta de interesse em sua utilização.

Um raciocínio apenas pautado por médias estatísticas poderia supor que o fato de haver uma minoria de mulheres que utilizam plantadeira manual, seria indicativo de que a plantadeira enquanto instrumento de trabalho é responsável pelo afastamento das mulheres dos processos de plantio, tarefa secularmente reconhecida como feminina. Nosso ponto de vista identifica no embate entre a "exigência" masculina para a utilização da plantadeira pelas mulheres, e a recusa destas em utilizá-las, uma luta social pela extração de sobre-trabalho, que se expressa por uma luta pelo estabelecimento de

"fronteiras", de limites entre o "trabalho", masculino, e o "serviço", feminino. Deste modo, a questão da introdução de novas tecnologias não é apenas técnica, mas também social. Se não são os dados de natureza e os dados técnicos substanciais em si mesmos, mas sim dados de natureza e dados técnicos traduzidos em fatos de cultura que instituem o social, retomamos a indagação sobre o ordenamento social que os institui, na tentativa de sua compreensão.

Garcia e Heredia - em obras por nós já amplamente citadas e com as quais vimos dialogando no decorrer desta análise - trabalham com a hipótese da oposição entre a casa e o roçado, enquanto expressão da oposição entre o elemento masculino e o elemento feminino, organizando as esferas do trabalho e do não-trabalho, e servindo como fio condutor das representações e formas de organização do tempo e do espaço social no universo camponês.

Entretanto, nossas conclusões postulam que a noção não é apenas de oposição, mas sim de oposição-complementaridade, incluindo-se nesse modelo todo um conjunto de relações, inclusive as que dizem respeito aos processos de produção da reprodução física e social das unidades de reprodução familiar. Concluímos que o modelo de trabalho pauta-se por aquilo que Balandier (1976) chamou de "estruturas intangíveis": aquelas que põem em destaque as classes sociais, as classes de idade e as classes

sexuais, com relevo para o dualismo sexualizado, suas representações, suas ideologias e os dinamismos elementares que engendram.

Garcia, no último capítulo de sua obra, apoiado teoricamente em Bourdieu e Leach, utilizou-se da hipótese de que o modelo de trabalho agrícola é o ato de fecundação que os homens realizam sobre a terra, retomando então, em uma análise aplicada, a estrutura do mito de fecundação, ressaltando as oposições, sem, contudo explicitar complementaridade que, em nosso entender, é inerente à oposição. Consideramos que o "lócus" social de transmutação das oposições em complementaridade é o próprio sujeito, pois conforme Leach nos ensina a noção de oposição entre duas oposições implica a existência da terceira entidade - a coisa que oscila, o "eu" que a um momento encontra-se à sombra e em outro momento encontra-se exposto à luz.

Postulamos que a representação sobre o modelo de trabalho tem por matriz a reelaboração do modelo geral da oposição-complementaridade entre o masculino e o feminino. É a partir dessa matriz que os colonos do Projeto de Assentamento - P.A. Vale do Jamarý reelaboram suas representações. Estivemos tentando comprovar, ao longo do presente tópico sobre a divisão do trabalho, como as categorias que o ordenam têm por modelo inconsciente aquela relação de oposição-complementaridade. Veremos agora,

como as condições climáticas da Amazônia, e as condições econômicas e políticas dos colonos são ordenadas em categorias que expressam o modelo citado. Explicitaremos esta correlação através das categorias que designam o tempo, o tipo e o espaço de trabalho. Começando pelas categorias que designam o tempo, estaremos chamando de tempo - I, o "tempo da seca" e de tempo - II, o "tempo das águas".

No tempo - I predomina o "tempo da

Para o tempo de trabalho	Para o Espaço do Trabalho	Tipo de Trabalho	Elemento Natural de Mediação do Trabalho
Águas	Trabalho Dentro	Plantio Colheita	Água Terra Semente
(Fem.)	(Fem.)	(Fem.)	(Fem.)

seca", simbolizado pelo sol, elemento masculino, sendo que o tipo de trabalho desenvolvido nesse período é aquele ligado ao preparo da terra, todo ele constituído por atividades consideradas masculinas, como é o caso do roço, da derrubada e das queimadas. É o momento em que o trabalho nega a vegetação espontânea, através da derrubada, para em seguida superá-la da forma mais radical possível, pelo fogo, através das queimadas.

Até mesmo o espaço do trabalho remete à representação pertinente à masculinidade, uma vez que predomina o trabalho "fora". Vejamos estas idéias resumidas no quadro abaixo:

### Tempo 1- CATEGORIAS SOCIAIS

No tempo - II predomina o "tempo das águas", simbolizado pela lua, elemento feminino; e o tipo de trabalho é aquele ligado ao plantio e à colheita, atividades consideradas femininas. É o momento em que o homem deposita a semente no interior da terra e espera que as chuvas continuem regulares para que a semente germine dando origem à planta socialmente útil ao grupo familiar. O espaço do trabalho remete à uma representação relacionada ao feminino, visto que predomina o trabalho dentro. Vejamos o quadro para o "tempo das águas":

#### Tempo - II - CATEGORIAS SOCIAIS:

ORG. CEMIN (1992)

As oposições entre os tempos - "tempo das águas" e "tempo da seca"; entre a designação referente ao espaço do trabalho "dentro" e "fora"; as oposições que designam o tipo de trabalho (roça, derrubada e queimada) contraposto ao plantio e à colheita, e a oposição dos elementos naturais de mediação do trabalho, sol e fogo contrapostos à água e à semente - são ordenadas, práticas e simbolicamente, de modo a operarem a transformação de suas oposições em complementaridade capazes de garantir a reprodução física e simbólica das unidades de produção familiar. O sujeito social aparece como "lócus" de transformação das oposições em complementaridade, ou seja, como tradutor de dados de natureza em fatos de cultura. O espaço da elaboração é social e, conseqüentemente, perpassado de tensões e de ambigüidades. As trilógias homem, sol, terra; homem, lua e terra marcam oposições

Para o tempo de trabalho	Para o Espaço do Trabalho	Tipo de Trabalho	Elementos Naturais de Mediação do Trabalho
Tempo da Seca	Trabalho Fora	Roço Derrubada Queimada	Sol Mat. Orgânica Veg. Fogo
(Masc.)	(Masc.)	(Masc.)	(Masc.)

entre os tempos, que por sua vez designam os espaços e os tipos de trabalho; traduzindo dados de natureza em fatos de cultura, de tal modo que as oposições naturais e sociais são transmutadas em complementaridades, capazes de garantirem a reprodução física e simbólica das unidades familiares de produção.

### BIBLIOGRAFIA

- BALANDIER, Georges. **Antropo/Lógicas**. São Paulo Cultrix/EDUSP, 1976.
- CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola e Rondônia**, Dissertação de Mestrado (Sociologia). Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- GARCIA, JR. Alrânio R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- HEREDIA, B. M. Alasia. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEACH, Edmund. **Deux essais concernant la representation symbolique du temps. Critique de la Antropologie**, Paris, Press Universitaire de France.

\*Arneide Bandeira Cemin. Professora do Departamento de Filosofia e Sociologia da UNIR, doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

## O TRABALHO SILENCIOSO DA MULHER NO INTERIOR DA FLORESTA

## AMAZÔNICA

**Maria das Graças Nascimento\***

**Resumo :** Este texto é parte integrante de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado "O Espaço Ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia". Fundamentado essencialmente nas entrevistas realizadas entre 1995 e 1996 com mulheres que trabalharam no corte da seringa, revelando o duro cotidiano da mulher que além de mãe, esposa, doméstica, ainda acrescentava à rotina exaustiva do corte, coleta e defumação do látex. Durante a realização dos trabalhos de campo foram entrevistadas várias mulheres que também exerceram a atividade do corte e da coleta do látex.

**Palavras – Chave :** Atividade, Coleta do Látex, Cotidiano, Migrações e Mulher.

**Abstract :** This text is an integral part of one of the chapters of the degree dissertation "The Riverside Area: Northeastern migrations for rubber tapping from Amazon". Based primarily on interviews conducted between 1995 and 1996 with women who worked on the cut of the syringe, revealing the hard everyday woman and mother, wife, still added to the home of cutting, smoking and collection of latex. When the work of field were interviewed several women who also exercised the activity from the cutting and collecting of latex.

**KeyWords :** Activity, Collection of Latex, daily life, Migrations and Woman.

Este texto é parte integrante de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado "O Espaço Ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia". Fundamentado essencialmente nas entrevistas realizadas entre 1995 e 1996 com mulheres que trabalharam no corte da seringa, revelando o duro cotidiano da mulher que além de mãe, esposa, doméstica, ainda acrescentava à rotina exaustiva do corte, coleta e defumação

do látex.

Durante a realização dos trabalhos de campo foram entrevistadas várias mulheres que também exerceram a atividade do corte e da coleta do látex. Esse fato exigiu atenção maior, visto que esta é uma realidade até então pouco conhecida, e embora esta pesquisadora tenha em sua família pais e avós seringueiros, havia tido poucas informações sobre a amplitude do trabalho feminino no

seringal.

O trabalho da mulher no seringal incorpora uma sobrecarga de atividades que vai da coleta do látex e defumação, aos afazeres domésticos como cuidar da casa, família, roça e das criações domésticas.

Embora o trabalho da mulher no cotidiano do seringal não ficasse em nada a dever ao trabalho executado pelo homem, a estrutura da sociedade do seringal não admitia o contrato de trabalho enquanto seringueira e, em conseqüência, não era permitido o seu cadastramento no Barracão e movimentação de conta no mesmo. Neste sentido, todas as ações da mulher eram contabilizadas de forma indireta, através do nome de seu companheiro, mesmo que este não estivesse mais vivo. Esta situação inviabiliza a aposentadoria das mulheres na categoria de seringueiro, com direito a receber dois salários mínimos.

A participação da mulher na sociedade do seringal deu-se de diversas formas. Uma delas é um tipo de prostituição, onde o próprio seringalista oferece mulheres para acompanhar o seringueiro solteiro nas colocações. Sendo empregada do Barracão, tomava-se companheira do seringueiro que não podia maltratá-la. Em caso de maus-tratos, a mulher retomava ao Barracão aguardando para servir a outro seringueiro. Vários desses contratos resultavam na oficialização do relacionamento e a mulher deixava de ser empregada do barracão para ser esposa de seringueiro. Segundo entrevista com um historiador da

região, professor Amizael Gomes da Silva (entrevista em 1995):

**...essas mulheres acertavam o contrato de um ano... e prosseguiam, ali;umas delas, até faziam o trabalho de "par-e-passo" com o companheiro, e há outras que se limitavam ao serviço domiciliar, trabalho que servia como consolo; o companheirismo amenizava bastante a situação do seringueiro que se encontrava na floresta**

Existia também o contrato de "casamento" por tempo determinado ou não com a presença de testemunhas, mas, tanto no contrato de trabalho ou no de casamento, essas mulheres eram lançadas como mercadoria na conta corrente do seringueiro. No trecho desta entrevista percebemos que já era uma prática nos seringais este tipo de contrato:

**Já em 1910, nós temos documentos que comprovam esse tipo de contrato, contrato escrito... a gente lendo documentos que foram enviados por Belfort de Oliveira que era um oficial aqui, a gente lendo esse documento verifica que existiam aquelas mulheres que faziam o contrato com os seringueiros para ficar. Talvez elas tenham feito esse contrato em função dos contratos de casamento que existiam na Bolívia que as pessoas assinam para viverem juntas. Assim os nossos seringueiros faziam para viver durante determinado período.**

O objetivo do seringalista era fazer com que o seringueiro não perdesse tempo no trato doméstico ou na procura de mulheres em lugares distantes, tendo o mesmo que dedicar-se ao corte da seringa, dando conta da produção.

As entrevistas revelam três causas principais da presença da mulher no corte da seringa. A primeira é a necessidade dos pais em aumentar a renda utilizando-se da mão-de-



obra familiar, que incluía as filhas ainda pequenas, que achavam natural ajudar no sustento da família. O dia-a-dia destas mulheres é repetitivo, pois a realidade é muito dura, não importando se o seringal está localizado em outros Estados como Acre, Amazonas Pará ou Rondônia. Em entrevistas realizadas entre 1995 e 1996 com as mulheres estas revelam o que sentem e pensam sobre o trabalho que executaram:

**Eu comecei a cortar com a idade da seringa, com uns treze anos, a gente no seringal quando vê os pais da gente começando aí a gente aproveita.**

**A minha história é semelhante a de milhares de crianças e de jovens que viveram nos seringais da Amazônia (...) Eu comecei a trabalhar com meu pai desde muito criança, mas na atividade da extração da borracha da seringa eu comecei a partir dos onze anos, era natural, pois eu não conhecia outro tipo de trabalho (...) e isso chega a fazer parte da cultura das pessoas que trabalham na roça e que toda família desde cedo começa a ajudar.**

**Com onze anos eu já cortava seringa com meu pai, me casei com treze anos e continuei no corte (...) trabalhei uns sessenta anos no seringal.**

**Trabalhei no seringal do rio Abunã (...). Eu comecei com dez anos de idade, a caneta que meu pai me deu foi uma faca de cortar seringa. Eu não sei nem assinar meu nome (...) o trabalho que eu fazia era cortando, colhendo, defumando, tirando cavaco pra defumar.**

Os trabalhadores nos seringais começavam a trabalhar ainda na infância, como a maioria dos trabalhadores rurais, mas nos seringais era mais dura essa realidade pelo isolamento. A organização do espaço no seringal possibilitava, na maioria das vezes, o isolamento praticamente de tudo. A Colocação poderia estar na beira do rio ou no meio da

mata e, muitas vezes, distante umas das outras e distante, ainda, do confessam que só sabiam que existiam as pessoas de sua família, como o depoimento de Dona Juta, que vive hoje na Colônia Agrícola do IATA, em Rondônia, declara que, quando tinha uns quinze anos, mudou de um seringal para outro e, até então, a única pessoa que conhecia fora da família era o comboieiro que comprava a borracha e trazia os mantimentos para eles na Colocação.

A segunda causa do trabalho da mulher no corte da seringa é a decisão de ajudar o marido, que, endividado no Barracão, não vê outra saída. Algumas mulheres seringueiras entrevistadas, narram desta forma:

**Me casei com dezoito anos e continuei trabalhando com ele no corte da seringa. Eu saía assim seis horas para cortar aquelas voltinhas de cem madeiras, aí quando dava onze horas eu chegava para cuidar da comida e dar o almoço pra ele (...) às vezes eu já deixava tudo pronto, aí eu ia cortar, ia caçar, cuidar da roça...**

**Cortava seringa à noite porque o dia era para fazer farinha (...). Aí tive o primeiro filho, ele ficava à noite dormindo em casa (...). Depois os mais velhos iam cuidando dos mais novos, às vezes tinha onça esturrando perto de casa, eu deixava eles trancados em casa e ia cortar...**

**Trabalhei, trabalhei muitas vezes grávida, tive vinte e quatro filho, criei onze, tudo no seringal (...). Quando eu comecei com filho parei de sair de madrugada para cortar (...) me casei com dezesseis anos de idade hoje tenho sessenta e três e parei de cortar depois que viemos pra cá, está com uns sete anos que nós estamos aqui..**

**Eu nunca fui cai ida.O rapaz foi no Ceará e me carregou e veio me judiá aqui eu tinha treze anos quando cheguei no seringal (...) Vixi, se eu lhe contar o quanto eu sofri..., todos os filhos foram criados na estopa,**

**botava aqui nas costas e saía, quando dava vontade de ele mamar eu tirava, dava a mama, procurava uma grotta e banhava (...)  
Cortava seringa, mesmo pra morrer. Eu saí porque não podia mais trabalhar.**

Estas mulheres não somente trabalhavam mais duramente que os homens, mas também contribuía para o "bem-estar da família". Desde a mais idosa até a mais jovem dedicam-se intensamente a todos os tipos de atividade.

A terceira causa, é a perda ou a invalidez do chefe da família, pai ou mando; neste caso, a mulher assume todas as "estradas de seringa", recaindo sobre ela a responsabilidade não só de garantir o sustento da família como também saldar os débitos no barracão. Nas entrevistas estas mulheres falam de seus momentos difíceis e de sua coragem:

**Eu passei um ano e seis meses viúva, no seringal do rio Abunã, cortando seringa sozinha. Eu cortava por dia de oitenta a noventa árvores (...). Saía de madrugada com a espingarda e mais uma poronga. Não tinha medo da mata, a gente se acostuma com os bichos e os bichos se acostumam com a gente, o seringueiro é um bicho (...). E você pensa que é só chegar e cortar? A gente chega mede as bandeiras aí raspa pra tirar essa casca grossa, fica só a vermelhinha e o corte mede uma "chave" (Uma "chave" é a medida que se refere a distância entre as extremidades dos dedos indicador e polegar) é tudo direitinho.(...) Cortar seringa é trabalhoso..**

**Meu marido morreu de câncer e eu fiquei sem apoio nenhum (...). Cortei muita seringa, mesmo doente, saí do seringal com quarenta e dois anos porque não podia mais trabalhar (...). Devido eu não saber ler o patrão não me deu saldo, não ligaram muito pra mim...**

**Eu conheci uma mulher que o marido dela tinha ficado inválido sem condições de trabalhar. E ela que passou a cortar durante um ano para pagar as mercadorias compradas no barracão. Eles**

**passaram muitas necessidades, ela não sabia atirar então não matava caça. Ela tinha um bebê que ainda mamava no peito e uma maiorzinha, então quando ela chegava em casa amamentava o bebê e tirava ainda restante do "leite" para fazer um mingau para a menina maiorzinha, pois não tinha nada para comer, ela conseguiu pagar o barracão e ainda tirou um saldozinho e foram embora.**

De uma forma ou de outra, a presença da mulher na formação social dos seringais torna-se decisiva, na medida em que ela executava atividades necessárias para a subsistência da família, permitia ao seringueiro uma jornada menos exaustiva e um aumento de produção em virtude de uma dedicação maior dela ao extrativismo. E o seringal deixa de ser um acampamento só de homens. A presença da mulher nos seringais é um dos fatores que contribuíram para a fixação do homem em um ambiente isolado como é o dos seringais; com isso, toma-se um empreendimento sócio-econômico organizado e produtivo para os seringalistas.

Atualmente boa parte das mulheres seringueiras está organizadas em Associações, Sindicatos e Cooperativas, e uma porcentagem significativa de mulheres faz parte do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e da Organização de Seringueiros de Rondônia (OSR). Recentemente realizaram o "Primeiro Encontro de Mulheres Seringueiras do Estado de Rondônia", onde se discutiu temas como: o processo de organização social da mulher, saúde, educação, e aposentadoria para as mulheres seringueiras.

## **BIBLIOGRAFIA**

NASCIMENTO, Maria das Graças. **O Espaço Ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia.** Dissertação de Mestrado, FFLCH-DG/USP, São Paulo, mimeo. 1996.

**\*Maria das Graças Nascimento.** Mestre em Geografia Humana pela USP, Pesquisadora do Centro do Imaginário Social/UFRO, pesquisadora-associada do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental.